

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA**

THALES ALVES MARTINS FERNANDES

**O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E SUAS REPRESENTAÇÕES
NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1980**

**GOIÂNIA
2019**

THALES ALVES MARTINS FERNANDES

**O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E SUAS REPRESENTAÇÕES
NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1980**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para a obtenção do Bacharelado em História pela Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Saddi

**GOIÂNIA
2019**

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha família e amigos que auxiliaram de uma forma ou de outra a realização deste trabalho. Agradeço também aos meus colegas de trabalho (ou melhor, de estágio). Agradeço à Universidade Federal de Goiás e, em particular, a Faculdade de História por propiciar que este trabalho fosse concluído, bem como aos professores que me auxiliaram nesta caminhada. Por fim, agradeço aos laboratórios de informática que me foram valiosos na escrita desta monografia.

RESUMO: O sindicalismo revolucionário foi durante muito tempo apresentado de forma equivocada pela historiografia brasileira, apresentando-se como sinônimo de anarcossindicalismo - quando não era completamente substituído por ele. Este equívoco foi resultado de imprecisões históricas e conceituais relacionadas tanto ao sindicalismo revolucionário internacional, desde a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, 1864-1872) até sua expansão pelo mundo e a formação da *Confédération Générale du Travail* (Confederação Geral do Trabalho, CGT francesa) quanto à sua presença no Brasil durante a Primeira República (1889-1930), através da Confederação Operária Brasileira (COB). Desta forma, este trabalho pretende realizar uma revisão historiográfica que aponte coerências e lacunas, com foco na historiografia brasileira da década de 1980, apresentando seus pressupostos teórico-metodológicos, seus respectivos debates historiográficos com autores anteriores e a representação do sindicalismo revolucionário e do anarquismo nas obras selecionadas. Além disso, será apresentada a historiografia brasileira posterior, relativa às décadas de 1990-2010, para que se possa ter um panorama geral introdutório da historiografia brasileira em relação ao tema, a partir do qual torna-se possível superar os equívocos apresentados.

Palavras-chave: Sindicalismo Revolucionário; Anarquismo; Movimento Operário; Revisão Historiográfica; Historiografia Brasileira.

ABSTRACT: Revolutionary syndicalism has long been misrepresented in Brazilian historiography, presenting itself as synonymous with anarcho-syndicalism - when it was not completely replaced by it. This misconception was the result of historical and conceptual inaccuracies related to international revolutionary syndicalism, from the International Workingmen's Association (IWA, 1864-1872) to its worldwide expansion and the formation of the Confédération Générale du Travail, CGT (General Confederation of Labour, french GCL) regarding his presence in Brazil during the First Republic (1889-1930), through the Confederação Operária Brasileira, COB (Brazilian Workers Confederation, BWC). In this way, this work intends to carry out a historiographical revision that points out contributions and gaps, focusing on the Brazilian historiography of the 1980s, presenting its theoretical and methodological assumptions, its respective historiographical debates with previous authors and the representation of revolutionary syndicalism and anarchism in the selected works. In addition, the later Brazilian historiography will be presented, related to the decades of 1990-2010s, in order to provide an overview of the Brazilian historiography in relation to the theme, from which it is possible to overcome the misunderstandings presented.

Keywords: Revolutionary Syndicalism; Anarchism; Labour Movement; Historiographic Revision; Brazilian Historiography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I: O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E O ANARQUISMO NO CONTEXTO INTERNACIONAL E SUA PRESENÇA NO BRASIL	10
1.1 ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES E O SURGIMENTO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO	11
1.1.1 Ciclos de lutas operárias do século XIX e a trajetória da Internacional	11
1.1.2 As distintas correntes na AIT e o surgimento do sindicalismo revolucionário	14
1.2 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO MUNDO, NA FRANÇA E NO BRASIL	20
1.2.1 Sindicalismo revolucionário no mundo	20
1.2.2 Sindicalismo revolucionário na França	23
1.2.3 Sindicalismo revolucionário no Brasil	25
1.2.3.1 Contexto brasileiro, lutas e congressos operários	25
1.2.3.2 Os anarquistas partidários da ação sindical	35
1.2.3.2.1 Neno Vasco e o sindicalismo revolucionário	39
CAPÍTULO II: A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1980	42
2.1 O SONHAR LIBERTÁRIO	43
2.1.1 Teoria e metodologia	44
2.1.2 Debate historiográfico	46
2.1.3 Representação do sindicalismo revolucionário e do anarquismo na obra	48
2.2 A INSURREIÇÃO ANARQUISTA NO RIO DE JANEIRO	50
2.2.1 Teoria e metodologia	51
2.2.2 Debate historiográfico	52
2.2.3 Representação do sindicalismo revolucionário e do anarquismo na obra	55
2.3 O MOVIMENTO ANARQUISTA EM SÃO PAULO (1906-1917)	58
2.3.1 Teoria e metodologia	59
2.3.2 Debate historiográfico	59
2.3.3 Representação do sindicalismo revolucionário e do anarquismo na obra	62
CAPÍTULO III: ANÁLISE COMPARADA DAS OBRAS E DEBATE HISTORIOGRÁFICO RECENTE	66
3.1 APONTAMENTOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1980	66
3.2 DEBATE HISTORIOGRÁFICO BRASILEIRO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS (1990-2010)	68
CONCLUSÃO	74

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde a metade do século XX, os historiadores e militantes operários buscaram interpretar a experiência sindicalista revolucionária e anarquista que ocorreu durante a Primeira República (1889-1930). Essa trajetória está inserida neste trabalho de forma introdutória, apresentando um panorama geral destas produções, para que o leitor conheça minimamente as perspectivas e interpretações dos diversos autores sobre o movimento operário, suas formas de organização e de luta. O objetivo principal deste estudo é analisar as interpretações dos autores relacionados de forma crítica, com a perspectiva de estabelecer uma revisão historiográfica.

Por ter bastante interesse no anarquismo e no sindicalismo revolucionário, resolvi desenvolver este estudo de revisão historiográfica por sugestão do meu orientador Prof. Dr. Rafael Saddi, que tivesse como foco as obras escritas durante a década de 1980. A partir daí, tornou-se necessário realizar as pesquisas sobre a história do sindicalismo revolucionário bem como do movimento operário brasileiro (que também faz parte da história do sindicalismo revolucionário). Os mecanismos de busca na internet, bem como a reunião de todas as teses e dissertações disponibilizadas online por bancos de dados como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)¹ favoreceram imensamente o trabalho de pesquisa da historiografia. O Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA) também auxiliou a realização deste trabalho com a disponibilização de diversos trabalhos em sua plataforma virtual². Foi de grande serventia também as orientações dadas por Antônio Joaquim Severino em *Metodologia do trabalho científico* (2002).

Fazer a leitura das decisões dos congressos operários, dos relatos, das discussões, das obras publicadas, das edições do jornal *A Voz do Trabalhador* (órgão da Confederação Operária Brasileira, COB), das fotografias, entre outras, fez com que os atores históricos e as conjunturas fossem reconstituídos na minha imaginação, como em uma viagem no tempo, embora na condição de historiador e cientista. Analisar uma fonte histórica é dar vida à ela, atualizá-la, inseri-la no presente como testemunha de períodos históricos passados, uma testemunha na qual não se pode confiar plenamente e que precisa ser interpretada na busca de dar solução aos problemas que formulamos.

¹BDTD: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

²ITHA: <<https://ithanarquista.wordpress.com/>>. Acesso em: 25 de jun. de 2019.

Mesmo estando claro meu interesse pessoal pelo assunto, deixando igualmente claro que não existe “neutralidade científica” nas Ciências Humanas, que trabalham com interpretações subjetivas de fatos complexos, acredito que seja importante pontuar a questão da ideologização da pesquisa. Sônia Mara Ferreira dos Santos (1999) faz uma afirmação importantíssima para o ofício do historiador, neste sentido, atentando para que as ideologias e paixões pessoais não interfiram de forma decisiva nos resultados da pesquisa, de modo a deformá-la:

Desta forma, os historiadores procuraram analisar a situação dos anarquistas no Brasil, tendo-se em vista horizontes que muitas vezes não pertenciam a estes últimos. Nesse sentido, cobrar do anarquismo e dos anarquistas aquilo que eles não se propuseram a realizar - como por exemplo, a constituição de um partido político que articulasse as prioridades “nacionais” com os setores da pequena burguesia... -, tem a ver, acredito eu, com o próprio caráter de “cientificismo” (ou de ideologismo) que os autores desejam passar através de seus trabalhos (SANTOS, 1999 p. 9).

Desta forma, buscamos demonstrar que o modelo de organização sindical hegemônico no Brasil durante as primeiras décadas do século XX foi o sindicalismo revolucionário e não o anarcossindicalismo. Para isso, apresentaremos no capítulo 1 a história do sindicalismo revolucionário, desde a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT, 1864-1872) do século XIX e a atuação dos coletivistas em seu seio, passando pela formação da *Confédération Générale du Travail* (Confederação Geral do Trabalho, CGT) e sua influência na formação da COB, apresentando para a comparação organizações anarcossindicalistas tais como a *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), a *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) da Espanha e a Federação Operária de Santos brasileira. Também estão presentes neste trabalho as distinções internas da corrente anarco-comunista, que tem como um de seus grandes nomes o revolucionário Errico Malatesta (1853-1932). Como aponta Hamilton Santos:

No sindicalismo revolucionário, os trabalhadores, organizados através de sindicatos, com o objetivo de resolver as necessidades imediatas do proletariado, equacionar questões de curto prazo, iriam se radicalizar em um amplo processo revolucionário, com greves generalizadas, para superar o Estado, conseqüentemente o capitalismo e assim construir uma sociedade justa e igualitária, onde os trabalhadores teriam controle sobre os meios de produção. Podemos concluir que o sindicalismo revolucionário não era unicamente anarquista, ou uma estratégia voltada somente para militantes anarquistas, embora seja um desdobramento do ‘anarquismo de massas’ desenvolvido por Bakunin na década de 1860 (SANTOS, 2017, p. 54).

A relação entre organização de massas e organização político-ideológica está presente a todo o momento neste trabalho, mais especificamente a relação entre sindicalismo revolucionário e anarquismo. Como aponta Felipe Corrêa (2010, p. 23) a organização de massas pode ser entendida “como barcos ou massas de pão, e a ideologia anarquista como motor ou fermento. Se os barcos ou as massas não existissem, de nada serviriam os motores e os fermentos”.

No capítulo 2 nos ocuparemos das obras escritas na década de 1980, *O sonhar libertário* (1988) de Cristina Hebling Campos, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro* (1986) de Carlos Augusto Addor e *O Movimento Anarquista em São Paulo* (1982) de Silvia Ingrid Lang Magnani, apresentando suas respectivas bases teórico-metodológicas, o debate historiográfico que os autores realizam com obras anteriores e suas representações acerca do sindicalismo revolucionário, apresentando um apanhado geral e apontando as contribuições e as lacunas de cada obra.

Dando continuidade ao debate historiográfico, no capítulo 3 são apresentadas as obras mais recentes sobre o tema, que vão da década de 1990 até a década de 2010, dos autores Alex Buzeli Bonomo, Felipe Corrêa, Hamilton Santos, João Carlos Marques, João Gabriel F. Mateus e Sônia Mara F. dos Santos, que realizam debates com outros autores tais como Edilene Toledo, Christina Roquette Lopreato e inúmeros outros. Nesta parte são priorizados os debates que relacionam anarquismo/sindicalismo revolucionário/anarcossindicalismo e outras questões pertinentes de cunho histórico e conceitual, para que equívocos cometidos sejam superados pela historiografia.

CAPÍTULO I: O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO E O ANARQUISMO NO CONTEXTO INTERNACIONAL E SUA PRESENÇA NO BRASIL

Nesta parte inicial apresentaremos a história e a sistematização do sindicalismo revolucionário, desde a AIT até sua presença aqui no Brasil, durante a Primeira República, através da COB. A AIT inseriu-se em um ciclo de greves que teve seu ápice com a Comuna de Paris em 1871 e a Greve Geral Insurrecional espanhola em 1873, que contaram em seu seio com inúmeros internacionalistas. Dentre estes internacionalistas, estavam os mutualistas individualistas e coletivistas, baseados nas concepções de Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), sendo os partidários de Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876), os aliancistas - membros da Aliança Internacional da Democracia Socialista - integrantes da segunda corrente. Os coletivistas foram os fundadores do sindicalismo revolucionário, sendo que Bakunin foi aquele que melhor traduziu aquelas experiências enquanto estratégia de massas para a ideologia anarquista.

Também apresentaremos algumas questões relacionadas à Errico Malatesta e o anarcocomunismo, bem como a extensão e importância do sindicalismo revolucionário ao redor do mundo a partir do final do século XIX e início do XX, passando por sua sistematização na França com a CGT, tendo em Fernand Pelloutier (1867-1901) e Émile Pouget (1860-1931) seus grandes propagadores, assim como sua forte presença na Primeira República no Brasil, principalmente através da COB, com destaque para o militante sindicalista revolucionário Neno Vasco (1878-1920). A divergência do sindicalismo revolucionário com o anarcossindicalismo também é abordada, a partir das experiências da FORA, da CNT espanhola e da Federação Operária de Santos do Brasil.

Faremos uma breve exposição histórica do Brasil, das organizações da classe trabalhadora, das greves e congressos operários, bem como das distintas correntes anarquistas presentes neste país no contexto da Primeira República. Com isso buscamos apresentar um panorama nacional e internacional do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, importantes para que possam ser evitados inúmeros equívocos que fizeram/fazem parte da historiografia brasileira sobre o movimento operário, o sindicalismo e/ou o anarquismo.

1.1 ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES E O SURGIMENTO DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

1.1.1 Ciclos de lutas operárias do século XIX e a trajetória da Internacional

Em sua obra³ Selmo Nascimento da Silva (2017) utiliza-se do conceito “ciclos de greve” para caracterizar os diversos períodos de lutas operárias e insurreições, “resultante de um conjunto de fatores sociais, econômicos e políticos, em determinada conjuntura” através da *forçacoletiva* dos trabalhadores, que assume uma diversidade de formas organizacionais e perspectivas ideológicas e políticas (Ibid., p. 176). A partir desta perspectiva, a Internacional insere-se no “Grande ciclo de lutas operárias do século XIX” que inicia-se com a *Primavera dos Povos* em 1848 e estende-se até a virada para o século XX. Este grande ciclo vem logo após o ciclo iniciado com a Revolução Francesa em 1789, passando pelas revoluções nacionalistas e liberais das décadas de 1820 e 1830, tendo a Primavera dos Povos um papel intermediário entre os dois ciclos (SILVA, 2017).

O ciclo de lutas operárias do século XIX insere-se no período de expansão industrial e imperialista do capitalismo que, na década de 1860, vai ser combatido pela classe trabalhadora através de sua organização internacionalista e federativa materializada na AIT, a antítese⁴ do monopólio do capital e da centralização estatal. Dentro deste ciclo geral de lutas operárias, Silva (2017) também aponta para a existência de dois subciclos: o primeiro de reorganização e consolidação da força coletiva dos trabalhadores de 1862 até 1867, a partir da fundação e dos dois primeiros congressos da AIT, respectivamente de Genebra em 1866 e Lausanne em 1867, com algumas greves destacadas como a dos operários do bronze de Paris (considerada por Mathieu Léonard a primeira efetivamente impulsionada pela AIT), que contou com a presença de Henri Louis Tolain (1828-1897) e demais internacionalistas

³*Greves e lutas insurgentes: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário.*

⁴Antagonismo, contraposição que tende a superar o seu oposto, de acordo com a dialética serial antinômica proudhoniana: “Nessa abordagem, os fenômenos sociais e históricos, as instituições e coletividades possuem, contraditoriamente, antagonismos, *ação-reação*, *liberdade-autoridade*, *destruição-construção*, *transformação-conservação*, *assimilação-ruptura*, *revolução-contrarrevolução*, etc., que lhes são inerentes e que impõem o movimento e a dinâmica da vida social, pois desencadeiam séries dialéticas, passíveis de análise na sua processualidade”. Em continuidade a essa dialética antitética de Proudhon, Bakunin “acentua a negatividade como força criativa, trazendo as abstrações dialéticas para a esfera da prática revolucionária. O novo na história surge pela completa destruição do velho (NORTE, 1988, pp. 25-26 apud SILVA, 2017, p. 255), algo já verificado em seu texto *A Reação na Alemanha* de 1842.

(SILVA, 2017); dos tecelões de Roubaix também na França com a participação do francês bakunista Benoit Malon (1841-1893); e dos metalúrgicos de Charleroi na Bélgica, todas no ano de 1867.

E o segundo subciclo de 1868 até 1873, é caracterizado pela expansão das greves combativas de 1868 até 1870, a dupla greve dos operários da construção civil de Genebra e a greve dos mineiros belgas de Charleroi em 1868 (na sequência da greve dos metalúrgicos do ano anterior); pelas inúmeras greves em 1869 na Basileia, em Genebra, Lausanne, Gande, Bruges, Pepinster, Liege, Saint-Étienne, Lyon (a greve das tecelãs *ovalistas* que Bakunin representou como delegado no Congresso da Basileia em 1869⁵), entre outras; pelas greves dos mineiros e metalúrgicos franceses de Creusot em 1870 na França e pelas greves insurrecionais: a Comuna de Paris em 1871 e a Greve Geral insurrecional espanhola de 1873. Em todas elas os internacionalistas estiveram presentes e/ou forneceram apoio através das redes de solidariedade que foram construídas pela Internacional.

A Greve Geral Espanhola de 1873 ocorre após a cisão da Internacional, principalmente entre anarquistas e comunistas, ocorrida no Congresso de Haia de 1872, abrindo um novo ciclo de greves insurrecionais não mais com a antiga configuração da AIT de 1864, mas com a coexistência da AIT-Centrista ou Centralista (hegemonizada pela socialdemocracia e os comunistas) e a AIT-Federalista ou Antiautoritária (hegemonizada pelos coletivistas mutualistas e bakuninistas). Ao todo, após a sua fundação, a AIT realizou a Conferência de Londres em 1865, o Congresso de Genebra em 1866, de Lausanne em 1867, de Bruxelas em 1868, da Basileia em 1869, a segunda Conferência de Londres em 1871 (em decorrência da impossibilidade de organização de um congresso após a Comuna de Paris e o massacre do governo republicano francês de Adolphe Thiers sobre os *comunnards*⁶) e, por último, o Congresso de Haia em 1872 (que confirmou o racha entre comunistas e anarquistas).

Neste mesmo ano, em Setembro de 1872, os anarquistas e coletivistas realizaram o Congresso de Saint-Imier, não reconhecendo as decisões do Congresso de Haia, organizando-se sem a existência de um Conselho Geral, realizando nos anos seguintes os Congressos de Genebra em 1873, Bruxelas em 1874, Berna em 1876 e seu último congresso em Verviers no ano de 1877. Já os socialdemocratas e comunistas - tendo sua sede em Nova York - realizaram mais dois congressos, o Congresso de Genebra em 1873 e o Congresso da

⁵Bakunin teve dupla representação, as tecelãs de Lyon e os mecânicos de Nápoles (Ibid., p. 144).

⁶Foram executados aproximadamente 7.500 *communards*, sendo que um deles foi Louis-Eugène Varlin, espancado até a morte. Foram mais de 38.500 presos e aproximadamente 5.000 exilados (Ibid., p. 191).

Filadélfia em 1876 que aprovou sua dissolução. A chamada “Segunda Internacional” foi criada somente em 1889, no Congresso de Paris, conhecido como o Congresso da Rua Pétrelle (SILVA, 2017) dando sequência à AIT-Centralista após 1876.

Em relação à composição da classe trabalhadora no século XIX, esta era bastante diversificada, com uma mistura de trabalhadores altamente qualificados, semiqualficados e não-qualificados (SILVA, 2017). No interior da AIT existiu uma enorme variedade de profissões: operários do bronze, carpinteiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros, pintores, encadernadores, tipógrafos, mineiros, tecelões, mecânicos, camponeses, vidreiros, operários da metalurgia, escultores, joalheiros, marceneiros, coureiros, curtidores, professores, jornalistas, médicos, arquitetos, contadores e advogados, alcançando a marca de aproximadamente 200 mil trabalhadoras e trabalhadores em sua base (SILVA, 2017).

Os operários *artisans*, artífices da industrialização, também afetados pela Revolução Industrial, possuíam maior experiência organizativa e insurrecional através das organizações secretas, como as *compagnonnages* francesas, semelhantes às antigas corporações de ofício mas adequadas às novas relações de produção, o que foi fundamental para a articulação e fundação da Internacional, que posteriormente atingiu seu auge com a inserção do proletariado da grande indústria e da mineração nos conflitos de classe.

O mutualista individualista⁷ Henri Louis Tolain, que era operário artífice do bronze, junto com seus companheiros franceses, dentro dos quais estava Ernest Édouard Fribourg, foram os responsáveis pela proposta de fundação da AIT. De fato, desde as revoluções da Primavera dos Povos existia a ideia de uma articulação internacional de trabalhadores e trabalhadoras, como pode-se perceber no próprio Manifesto Comunista de 1848 com o lema “Trabalhadores do mundo, uni-vos!” e na proposta de Flora Tristán (1803-1844) da criação de uma união universal das trabalhadoras e trabalhadores (SILVA, 2017), ainda em 1843, além de diversas outras iniciativas. Mas foi nessa iniciativa em particular que originou-se a AIT cujo legado de internacionalismo, solidariedade e combatividade operária encontra-se presente até os dias de hoje, com debates que ainda são bastante atuais e necessários.

Após delinear as linhas gerais, as influências, a composição do operariado e a trajetória da AIT, analisaremos a atuação das correntes que estabeleceram a linha de atuação do sindicalismo revolucionário, a saber, os mutualistas coletivistas e os bakuninistas, nos

⁷ Veremos sobre este conceito no próximo subtópico, quando será explicado o mutualismo na AIT, que dividia-se entre mutualistas *individualistas* e mutualistas *coletivistas*. Estes últimos, em grande medida, tornaram-se membros das organizações bakuninistas na Internacional.

congressos, greves e insurreições, bem como ressaltar suas diferenças e os principais embates que fomentaram o racha da Internacional.

1.1.2 As distintas correntes na AIT e o surgimento do sindicalismo revolucionário

Dentre as diversas correntes que participaram da AIT, como os comunistas, socialdemocratas, *trade-unionistas*, mazzinistas, blanquistas, entre outros, têm importância para este estudo as correntes que participaram dos debates e ações que mais tarde foram sistematizadas e organizadas dentro do que ficou conhecido como *sindicalismo revolucionário*: os proudhonianos, divididos entre mutualistas *individualistas* e mutualistas *coletivistas*; e os *bakuninistas*, também conhecidos como aliancistas, pois estavam organizados dentro da Aliança Internacional da Democracia Socialista (que se tornou Aliança dos Socialistas Revolucionários devido aos termos “democracia socialista” serem referências à socialdemocracia alemã) (SILVA, 2017). Os mutualistas coletivistas e os aliancistas eram anarquistas, devido à recusa da participação nas eleições burguesas, à defesa de uma sociedade organizada de baixo para cima - ou seja, federalista - e da propriedade coletiva da produção, baseados nas ideias de Proudhon e Bakunin, que situam-se na mesma linha de pensamento, o anarquismo (CORRÊA, 2010 pp. 7-8).

A diferença entre os proudhonianos mutualistas individualistas e mutualistas coletivistas se dava na questão das candidaturas operárias, na concepção de propriedade da produção e na função do mutualismo para a transformação da sociedade, além de outros debates como a questão do trabalho feminino, que foi debatido no Congresso de Genebra em setembro de 1866, o primeiro congresso da AIT. Para Tolain e Fribourg, representantes dos individualistas, o “lugar natural” das mulheres era em casa com a família, mas para Louis-Eugène Varlin (1839-1871), aliancista e representante dos coletivistas franceses, a questão era ser contra a exploração do trabalho feminino e não do trabalho das mulheres em si, dizendo que “condenar o trabalho das mulheres é reconhecer a caridade e autorizar a prostituição” (FREYMOND, 1973 [Tomo 1], p. 106 apud SILVA, 2017, p. 112). Ainda assim, cabe destacar que os individualistas defendiam a igualdade de salários entre homens e mulheres.

Os mutualistas individualistas foram signatários do Manifesto dos Sessenta, publicado em 1864, no qual defendiam a necessidade das candidaturas operárias; o próprio Proudhon criticou essa posição, considerando-a como um grande erro, escrevendo o texto *A capacidade da classe operária*, publicado postumamente em 1865. Também eram a favor da filiação de apenas trabalhadores manuais na AIT. Eram defensores da abolição dos salários e da construção de um regime de crédito e cooperativas com características de reciprocidade e apoio mútuo entre produtores individuais, por isso o termo *individualistas*, tendo o mutualismo como um fim em si mesmo e as candidaturas operárias como uma forma de alcançar esta sociedade (SILVA, 2017 pp. 90-91).

Já os mutualistas coletivistas defendiam a coletivização dos meios de produção, a federalização de trabalhadores cooperativados e o rechaço à via parlamentar. No segundo congresso da AIT, o Congresso de Lausanne realizado em setembro de 1867, o coletivista belga César de Paepe (1841-1890) defende a propriedade coletiva como forma de transformação social radical da sociedade, demonstrando a relação entre o mutualismo e o coletivismo:

[...] já que eu sou mutualista, quero, por um lado, garantias que lhe assegurem frente a sociedade o produto integral do seu trabalho e, por outro, garantias para a sociedade em relação ao agricultor; por tudo isso, o solo só pode ser propriedade da coletividade social, o agricultor só pode gozar de posse, o direito de *usar sem abusar*. (FREYMOND, 1973, [Tomo I], pp. 208-209 apud SILVA, 2017, p. 120).

Para os coletivistas, a mutualidade não teria um fim em si mesmo, mas era parte de uma ruptura revolucionária, com base na propriedade coletiva.

Inicialmente, Mikhail Bakunin desenvolve suas ações políticas na organização secreta fundada em 1864, conhecida como *Fraternidade Internacional*. Posteriormente, em 1868 foi fundada a Aliança Internacional da Democracia Socialista, da qual faziam parte os chamados aliancistas, dividindo-se em uma Aliança secreta e uma pública, quando houve a ruptura dos aliancistas com a Liga Internacional da Paz e da Liberdade, no mesmo ano da ruptura da AIT com a Liga, no Congresso de Bruxelas em 1868. A criação da Aliança pública foi proposta por franceses e italianos, sendo que Bakunin foi contra a proposta (CORRÊA, 2019) assim como foi contra a proposta de filiação individual na AIT (LEVAL, 2007).

A Aliança pública enviou uma carta ao Conselho Geral da AIT para que fosse admitida dentro da Internacional como uma seção, ocasião em que o Conselho nega o pedido

e, mediante novos debates, a Aliança se dissolve na Internacional (SILVA, 2017), atuando de acordo com as seções locais, como a Seção da Aliança em Genebra (CORRÊA, 2019) cujo regulamento foi redigido por Bakunin (LEVAL, 2007). Como veremos mais adiante, esta decisão faz com que Marx e demais membros do Conselho Geral saibam da existência da Aliança, utilizando-se deste fato para expulsar Bakunin e Guillaume da AIT no Congresso de Haia em 1872, quando houve a cisão da Internacional.

A Aliança tinha entre seus membros Giuseppe Fanelli (1827-1877)⁸, Élisée Reclus (1830-1905), os suíços Charles Perron (1837-1909), James Guillaume (1844-1916) e Adhémarr Schwitzguébel (1844-1895), Louis Eugène Varlin, e diversos outros membros espalhados pela Espanha, Itália, França, Suíça e Bélgica, tendo presença também entre exilados russos e poloneses. Os suíços - localizados em Jura, Neuchâtel e Genebra - eram uma das principais bases do anarquismo bakuninista na AIT (SILVA, 2017).

No quarto congresso, o Congresso da Basileia de 1869, as posições dos coletivistas foram amplamente aprovadas, sendo este o primeiro congresso com a participação de Bakunin, que filiou-se à Internacional em julho de 1868. O congresso ocorreu após a adesão polêmica da Aliança à AIT, dividida em seções locais. Tendo aprovado definitivamente a propriedade coletiva, aprovou também o fim do direito de herança da propriedade burguesa, sendo aprovado pelos coletivistas, com abstenção dos coletivistas belgas e voto contrário dos comunistas e mutualistas individualistas. Foi aprovado por unanimidade a federalização das sociedades de resistência com suas caixas de resistência (SILVA, 2017).

A greve geral contra a guerra havia sido aprovada no terceiro congresso em Bruxelas em 1868, materializando-se com a Comuna de Paris em 1871, da qual participaram Varlin e diversos internacionalistas (SAMIS, 2011). Em Lausanne, 1867, havia sido aprovada uma resolução proposta pelos genebrinos (entre os signatários estavam Guillaume e Perron),

⁸ Fanelli é conhecido como o impulsionador do anarcossindicalismo na Espanha. Quando entra em contato com os espanhóis para a criação de uma seção da AIT e a expansão da Aliança, a Seção de Madri acaba sendo fundada tendo como base o programa da Aliança, causando uma fusão entre a organização de massas e a organização anarquista (SILVA, 2017, p. 192). Em relação à esta questão, Corrêa (2019, p. 431) diz que: “Discutindo o caso concretamente e justificando os riscos de dar à Internacional o programa da Aliança, Bakunin (72015[c], p. 10) escreve que impor ‘o programa da Aliança à Internacional’ significaria que a ‘Internacional não contará em seu seio, em toda Europa, com mais de 2 ou 3 mil membros’. Tais membros seriam, sem dúvida, ‘homens preciosos, os mais desenvolvidos, os mais enérgicos e sinceros revolucionários socialistas da Europa’, mas que, frente à ‘potência coligada das classes ricas e do Estado’, conformariam nada mais que ‘uma absoluta impotência’. Sabe-se, por Nettlau (1977, pp. 30-31), que Bakunin repreendeu G. Fanelli – o membro da Aliança destacado para a criação da Internacional espanhola – por este ter se equivocado ao propor e fazer aprovar, entre os militantes que iniciavam a Internacional na Espanha, o programa da Aliança. Ao fazer isso, Fanelli, mesmo que sem saber, contribuiu para a criação daquilo que hoje se poderia chamar de primeira expressão do anarcossindicalismo no mundo.”

segundo a qual a emancipação social dos trabalhadores seria inseparável de sua emancipação política, ou seja, que só existiria emancipação política se esta fosse também uma emancipação social (LEVAL, 2007).

Na Conferência de Londres em 1871, em condições favoráveis para a tendência comunista/socialdemocrata após a Comuna de Paris, foi aprovada a orientação para ser levada ao Congresso de Haia em 1872 sobre a criação de partidos políticos operários e a disputa parlamentar. Em Haia ocorreu o primeiro congresso no qual Marx e Engels apareceram juntos (COLE, 1974, p. 190 apud SILVA, 2017, p. 155), com seus partidários sendo a maioria, no qual aprovou-se a expulsão da Aliança, de Bakunin e Guillaume da AIT, bem como referendou as orientações da conferência, deu maiores poderes ao Conselho Geral e enviou sua sede para Nova Iorque⁹ (Ibid., pp. 156-157; MARX, [s.d]). Combatendo as resoluções deste congresso, os coletivistas reuniram-se no Congresso de Saint-Imier, no mesmo ano - aproveitando uma reunião da Federação Jurassiana -, tornando explícitas as concepções do sindicalismo revolucionário, que foram abordadas nos demais congressos da Internacional.

Em Saint-Imier, afirmaram “que a destruição de todo poder político é o primeiro dever do proletariado”, defenderam a organização dos trabalhadores em federações livres baseadas na solidariedade e na igualdade, tendo as greves como uma preparação para a transformação revolucionária da sociedade (LEVAL, op. cit., pp.78-81). Silva (op. cit., p. 278) afirma que “portanto, para os congressistas de Saint-Imier, seria sob o federalismo que o *trabalho* estaria organizado internacionalmente, para se constituir na força coletiva capaz de protagonizar a Revolução Social”.

Para Bakunin, as greves parciais teriam uma função educativa, uma preparação para a greve geral, que na teoria bakuninista é sinônimo de insurreição, uma greve que destruiria simultaneamente a propriedade privada e o Estado, através de uma forte organização proletária local, nacional e internacional, para a construção da federação livre das comunas (Ibid., p. 217). Para o revolucionário russo:

⁹Marx afirmou em Setembro de 1872, em relação à formação dos partidos operários, que o congresso: “proclamou a necessidade, para as classes operárias, de combater no terreno político como no terreno social a velha sociedade que se desmorona; e felicitamo-nos por ver entrar doravante nos nossos estatutos esta resolução da Conferência de Londres. Tinha-se formado no meio de nós um grupo que preconizava a abstenção dos operários em matéria política. Quisemos dizer quanto considerávamos estes princípios perigosos e funestos para a nossa causa”. Neste mesmo discurso encontram-se a defesa da mudança da sede da AIT e o aumento dos poderes do Conselho Geral (conferir as referências bibliográficas no final deste trabalho).

Essa solidariedade [das massas na luta econômica] já mostrou, até o momento, resultados imensos. Primeiro, ela aprofunda um abismo entre a burguesia e o proletariado, e, ao mesmo tempo, empurra o proletariado à revolução. Em segundo lugar, ela dá ao proletariado, pela prática da ação e da luta coletiva, o sentimento, o pensamento e a força, uma educação e uma instrução socialista, não despejada sobre ele em pequenas doses e desde cima, mas se desenvolvendo espontânea e amplamente, no próprio seio das massas, iluminadas pela paixão e pelo pensamento coletivos... Ela desenvolve-se por uma prática cotidiana, o pensamento da justiça, da igualdade, e da grande liberdade popular, incompatível com a autoridade de alguns tutores e doutores de qualquer natureza. Eis o que faz nossa grande Associação – ela prepara o terreno para a revolução internacional e social. (BAKUNIN, 2015[c], p. 14 apud CORRÊA, 2019, pp. 434-435).

Ao invés de um partido político, há uma organização secreta que atua no interior da classe trabalhadora, de forma a impulsionar seus anseios; ao invés da disputa eleitoral, há a luta direta da classe trabalhadora contra o patronato e o Estado, visando a revolução social a longo prazo, que destruiria os dois simultaneamente, estabelecendo uma sociedade federativa comunal socialista. Desta forma, para resumir, os coletivistas defendiam:

1) a supressão do regime de assalariamento, com a implantação de relações mútuas e de reciprocidades entre as associações e cooperativas operárias; 2) a abolição da propriedade privada e do direito de herança, como condição necessária para a destruição dos privilégios das classes dominantes; 3) a greve geral como estratégia prioritária de luta; 4) o programa da sociedade socialista com a livre federação das organizações operárias e camponesas; e, por último, 5) eram contrários à estratégia da organização de partidos operários para a disputa das eleições burguesas” (SILVA, 2017, p. 276).

Malatesta presente no Congresso de Saint-Imier em 1872 (Ibid., p. 158), membro durante algum tempo da Aliança bakuninista, é considerado um dos defensores do sindicalismo revolucionário (Ibid., p. 230), sendo um dos primeiros anarquistas a utilizar o conceito de “anarco-comunismo”. Malatesta diz, como mostra Vasco (2008):

Donde resulta que, para realizar a anarquia, não basta ter a força material para fazer a revolução, mas é também preciso que os trabalhadores, associados segundo os diversos ramos de produção, se ponham em condições de garantir por si próprios o funcionamento da vida social, sem precisão de capitalistas nem de governos. (apud VASCO, 2008, p. 49).

Como se pode ver, o anarquismo nasce mutualista e coletivista. Mas posteriormente, segundo Neno Vasco (2008, p. 202), anarquistas italianos como Cafiero, Malatesta, Covelli, Costa e posteriormente Piotr Kropotkin (1842-1921), consideraram a fórmula coletivista “a cada um o produto do seu trabalho” como insuficiente, inserindo a perspectiva comunista de

que a distribuição da produção seria feita “de cada um segundo as suas forças; a cada um conforme as suas necessidades”.

Esta é a divisão básica, através de uma perspectiva conceitual da produção após a revolução, embora hajam diferenças entre os próprios anarco-comunistas em relação à concepção de revolução, sociedade, sindicato, produção e etc. Neno Vasco (2008), citando Pouget e Pataud, estabelece uma relação entre os dois sistemas:

Na sua construção ideal, Pouget e Pataud (*Comment nous ferons la révolution*) põe um e outro sistema: os produtos de primeira utilidade são distribuídos conforme as necessidades (comunismo) e os outros são provisoriamente adquiridos por meio de uma taxa suplementar de trabalho (coletivismo), até se tornarem abundantes. E é bem possível que assim venha a ser, até que variem as soluções de lugar para lugar (VASCO, 2008 p. 206).

Mas Malatesta, no debate com Pierre Monatte (1881-1960) no Congresso Anarquista de Amsterdã em 1907, acaba por não defender o termo “sindicalismo”, mesmo que com o adjetivo “revolucionário”, pois entende que o sindicato por si mesmo leva à posturas reformistas. Ao fazer isso, o autor defende o dualismo organizacional (a atuação simultânea em uma organização específica anarquista e uma organização de massas, como os aliancistas, mas com características específicas de sua doutrina anarco-comunista), sendo um defensor da atuação anarquista nos sindicatos, levando-os ao objetivo final que é a sociedade anarquista. Para isso, o sindicato deveria ser aberto e amplo, sem aderir oficialmente ao anarquismo. Já Monatte acreditava que o sindicalismo “basta a si mesmo”, em uma defesa do sindicalismo revolucionário como uma organização suficiente para a revolução, pois este seria “semelhante ao anarquismo” (MARQUES, 2013, pp. 82-88).

Sendo assim, Malatesta defenderia no Congresso Anarquista de Amsterdã, em 1907, o que para ele seria a estratégia de massas (os meios) e a ideologia (o fim) que deveriam ser seguidos pelos militantes anarquistas ao se aproximarem do movimento operário. Em suas palavras, “a organização da classe operária, a greve, a ação direta, o boicote, a sabotagem e a própria insurreição armada são apenas *meios*; a anarquia é o *fim*”. Concluindo em sua posição perante os congressistas: “pelas forças da classe operária que coloca à nossa disposição, o sindicalismo é um excelente meio de ação, mas é preciso que não percamos de vista o único objetivo que merece nosso esforço: a Anarquia” (MARQUES, 2013, p. 88).

Como pode-se perceber, trata-se de uma falsa polêmica que colocou em oposição o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, daí resulta a defesa reiterada de Malatesta ao anarquismo e sua recusa do rótulo de “sindicalista”. Mas, ao fazer isso, Malatesta defende de

fato o sindicalismo revolucionário, resgatando suas origens anarquistas da Internacional, colocando em debate os perigos da perspectiva de atuação apenas a nível de massas, esquecendo-se da organização específica anarquista, que, na época da AIT, consistia na Aliança bakuninista (CORRÊA, 2010).

Veremos mais sobre Neno Vasco e as influências do anarco-comunismo malatestiano no movimento sindicalista revolucionário brasileiro no tópico seguinte, subtópico 1.2.3. Mas antes disso, é importante demonstrar a expansão e a força do sindicalismo revolucionário pelo mundo, com foco na França e sua experiência singular com a CGT, que influenciou diretamente os trabalhadores brasileiros.

1.2 SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NO MUNDO, NA FRANÇA E NO BRASIL

1.2.1 Sindicalismo revolucionário no mundo

Os primeiros sindicatos que ajustavam-se ao modelo do sindicalismo revolucionário, segundo Lucien van der Walt (2016, p. 93), surgiram durante e logo após a cisão da Internacional, como a Federação Operária Regional Espanhola (fundada em 1870), o Congresso Geral de Trabalhadores Mexicanos (fundado em 1876), o Sindicato Operário Central nos Estados Unidos (CLU, fundado em 1884), o Círculo de Trabalhadores de Havana em Cuba (fundado em 1885), entre outros. A AIT-Federalista agregou seções europeias, africanas (Egito), asiáticas (Turquia) e latino-americanas (Argentina, Bolívia, México e Uruguai).

No início do século XX, o sindicalismo revolucionário (ou, a depender do local, o anarcossindicalismo) foi predominante na Argentina, no Brasil, no Chile, em Cuba, na França, no México, no Peru, nos Países Baixos, em Portugal e no Uruguai, desde meados dos anos 1890 até o início dos anos 1920 (Ibid., p. 120), tendo uma importante presença na África do Sul, Alemanha, Austrália, Bolívia, Bulgária, China, Egito, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Guatemala, Irlanda, Itália, Japão, Moçambique, Nova Zelândia, Paraguai e Polônia (Ibid., p. 106).

Na Argentina, a Federación Obrera Argentina (FOA) foi fundada em 1901, transformando-se na FORA em 1904, dividindo-se posteriormente na FORA-V (do quinto congresso) anarcossindicalista e na FORA-IX (do nono congresso) de um sindicalismo mais convencional¹⁰. No Brasil, a fundação da COB foi aprovada em 1906; no Uruguai foi fundada em 1905 a Federación Obrera Regional Uruguayana (FORU); no México atuava a Casa del Obrero Mundial (COM), fundada em 1912; no Peru a Federación Obrera Regional del Peru (FORPe) foi fundada em 1919; em Cuba foi fundada a Central de Trabajadores de Cuba (CTC) em 1895 e a Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOC) em 1925; no Chile a Federación de Trabajadores de Chile fundada em 1906 foi seguida pela Federación Obrera Regional de Chile (FORCh) em 1913; no Japão a *Nihonroo Sodomei* foi fundada em 1918; na França, como veremos adiante, a CGT foi fundada em 1895 sendo a Carta de Amiens sindicalista revolucionária datada de 1906; nos Países Baixos foi fundada a *Nationaal Arbeids-Secretariaat* (Secretaria Nacional do Trabalho, NAS) em 1893; em Portugal a Confederação Geral do Trabalho (CGT) foi fundada em 1919; na Espanha, foi fundada a CNT anarcossindicalista em 1910; na Itália a Unione Sindacale Italiana (USI) foi fundada em 1912; na Alemanha a Freie Arbeiter Union Deutschlands (União Livre dos Trabalhadores da Alemanha, a FAUD) foi fundada em 1919 (Ibid., pp. 125-130). Nos Estados Unidos, a Industrial Workers of the World (Trabalhadores Industriais do Mundo, IWW) foi fundada em 1905, espalhando-se pelo mundo, tendo ramificações na Austrália, Chile, África do Sul e Grã-Bretanha (Ibid., p. 94).

Desta forma, Walt (2016) conclui que:

Primordialmente, a mais importante e influente forma de organização de massas da ampla tradição anarquista foi o associativismo sindicalista¹¹, que dominou os movimentos trabalhistas na Argentina, no Brasil, no Chile, em Cuba, na França, no México, nos Países Baixos, no Peru, em Portugal, na Espanha e no Uruguai, em diferentes momentos. Contrariamente à tese da excepcionalidade espanhola, o anarquismo e o sindicalismo tornaram-se “um grande movimento social”, que podia “ameaçar o Estado”, em diversos países. Mesmo as correntes sindicalistas minoritárias (tais como aquelas na Alemanha, na Grã-Bretanha, no Japão, na Itália e nos Estados Unidos) converteram-se em forças sociais perigosas; mesmo os movimentos menores (por exemplo, na África do Sul) desempenharam papéis destacados (WALT, 2016 p. 157).

¹⁰ Ver também a nota de rodapé nº 175 de BONOMO (2016, p. 111).

¹¹ Com isso, o autor agrupa o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo como formas sindicais de atuação anarquista.

Portanto, o sindicalismo revolucionário desenvolveu-se na segunda metade do século XIX, com forte influência nas primeiras décadas do século XX, decaindo com a ascensão do nazifascismo e a Segunda Guerra Mundial (SILVA, 2017). Em algumas localidades prevaleceu o sindicalismo revolucionário com sua perspectiva federalista mas não especificamente anarquista, em outras prevaleceu o anarcossindicalismo fazendo um recorte ideológico explícito. No V Congresso da FORA, em 1905, por exemplo, é aprovado que:

O V Congresso operário regional argentino, conseqüente com os princípios filosóficos que são a razão de ser das organizações de federações operárias, declara: que ele aprova e aconselha a todos os seus aderentes a propaganda e a ilustração mais ampla possível, com o objetivo de inculcar nos operários os princípios econômicos e filosóficos do comunismo anarquista. Essa educação, evitando que eles se detenham na conquista das 8 horas, os conduzirá à sua completa emancipação e, por conseqüência, à evolução social buscada (apud CORRÊA, 2010, p. 32).

O mesmo acontece com a CNT na Espanha, que aprovou no Congresso de 1919, realizado em Madri, que:

Os delegados que subscrevem - tendo em conta que a tendência que se manifesta com mais força no seio das organizações operárias de todos os países é a que caminha à completa, total e absoluta libertação da humanidade na ordem moral, econômica e política, e considerando que esse objetivo não poderá ser alcançado enquanto não sejam socializados os instrumentos de produção, de troca, a terra e não desaparecer o poder absorvente do Estado - propõem ao congresso, de acordo com os postulados da Primeira Internacional, que declare a *finalidade que busca a Confederação Nacional do Trabalho da Espanha é o comunismo anárquico* (apud CORRÊA, 2010, p. 33)

Mas o simples fato da adoção do anarquismo enquanto doutrina oficial do sindicato não o torna *efetivamente* anarquista. Isso fica claro, quando, por exemplo, a CNT compôs o governo burguês da Catalunha em 26 de setembro de 1936, quando “se formou um governo da Generalidad com a presença de conselheiros anarquistas” após a dissolução do Comitê Central de Milícias Antifascistas (CCMA), no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939):

Esse era o real balanço deixado pelo CCMA em suas nove semanas de existência: de alguns comitês locais revolucionários, que exerciam todo o poder nas ruas e fábricas, à sua dissolução em benefício exclusivo do pleno restabelecimento do poder na Generalidad. Da mesma forma, os decretos assinados em 24 de outubro sobre a militarização das Milícias a partir de 1 de Novembro e a promulgação do decreto de Coletivizações completavam o desastroso balanço do CCMA, ou seja, a transformação de Milícias operárias de voluntários revolucionários em um exército burguês clássico, submetido ao código da justiça militar monárquico, dirigido pela

Generalidad; a transformação das expropriações e o controle operário das fábricas em uma economia centralizada, controlada e dirigida pela Generalidad (ALASBARRICADAS.ORG, 2012).

No geral, o anarcossindicalismo divergiu do sindicalismo revolucionário por buscar estabelecer uma doutrina oficial no sindicato. Como se pode verificar, o sindicalismo revolucionário esteve presente - sendo hegemônico inclusive, dependendo da região - em diversas partes do mundo. Nos concentraremos agora no sindicalismo revolucionário francês e brasileiro.

1.2.2 Sindicalismo revolucionário na França

Após o fim da Internacional, ainda no final do século XIX, na França, os proudhonianos revolucionários e bakuninistas - com destaque para Fernand Pelloutier - fundam a *Fédération des Bourses du Travail* (Federação das Bolsas do Trabalho) em 1893, enquanto que os proudhonianos reformistas fundam a CGT dois anos mais tarde, em 1895. Em 1902, no Congresso de Montpellier, as duas organizações fundem-se, em um processo que culminará na Carta de Amiens em 1906, sistematizando-se, desta forma, o sindicalismo revolucionário (SILVA, 2017), ou, como diz Edgar Rodrigues (1979, p. 115), o “Sindicalismo da Primeira Internacional”. Segundo Leval (2007):

James Guillaume escrevia, em 1905, que a Confederação Geral do Trabalho da França era a continuação da Primeira Internacional. Todavia, na Primeira Internacional, só uma tendência, que se tornou majoritária, defendeu o conjunto dos princípios que sempre constituirão o corpo da doutrina do sindicalismo revolucionário: aquela do socialismo-federalista-antiautoritário cujo criador, inspirador e animador principal foi Bakunin (LEVAL, 2007 p. 22).

Fernand Pelloutier (Ibid., p. 43) invoca diretamente o “papel tão eloquente definido por Bakunin, falando da sociedade federalista de amanhã”, declarando que “os sindicatos operários realizam o princípio federativo tal como o formularam Proudhon e Bakunin” em seus escritos *Histoire des Bourses du Travail* e *Lettre aux anarchistes*. Além de Pelloutier, outras lideranças anarquistas destacaram-se na França, tais como Victor Griffuelhes (1874-1922), Émile Pouget e Paul Delesalle (1870-1948).

Alguns autores marxistas franceses também defenderam o sindicalismo revolucionário, tais como Georges Sorel (1847-1922) e Edouard Berth (1875-1939), mas,

como aponta Silva, citando Georges Gurvitch e como também aponta Gaston Leval, estes autores marxistas tiveram pouca influência sobre a luta de classes e o movimento dos trabalhadores na França. Para Leval (Ibid., p. 42), estes “neo-marxistas” como Sorel, não tiveram “meia dúzia de leitores entre os militantes da CGT” e para Gurvitch (1980, p. 164 apud SILVA, 2017, p. 283) “é preciso não confundir a doutrina elaborada no fogo dos combates, pelos dirigentes efetivos deste movimento e as doutrinas de Sorel e Berth, doutrinários intelectuais que se baseavam nos acontecimentos”. Lucien van der Walt (2016) afirma que:

Foi Bakunin, nas décadas de 1860 e 1870, e não Sorel, 40 anos mais tarde, o principal teórico do sindicalismo [revolucionário], e todas as principais ideias do sindicalismo [revolucionário]¹² - luta de classes, internacionalismo, prefiguração, autogestão, prática sindical revolucionária - foram centrais no programa e na prática dos anarquistas na Primeira Internacional (WALT, 2016 p. 93).

Ainda assim, a existência de autores marxistas defensores do sindicalismo revolucionário, a despeito das posições de Karl Marx na Internacional e sua defesa, junto com Engels, da submissão dos sindicatos aos partidos operários, é elucidativa sobre a pluralidade existente no sindicalismo revolucionário, divergindo-se do anarco-sindicalismo, “pois haviam autores com leituras marxistas que o defendiam e os sindicalistas revolucionários se posicionavam contra a ideologização dos sindicatos” (BONOMO, 2016, p. 90) mas que estariam bem próximas, com a distinção de que para o anarcossindicalismo “o sindicato deveria ter um programa anarquista” (Ibid., p. 56).

A defesa da “neutralidade política”, para Émile Pouget, é a não participação na política eleitoral e a participação ativa, pela ação direta¹³ - greves, boicotes, sabotagem -, de enfrentamento ao Estado e ao patronato, pois sua “neutralidade não implica sua passividade [...] frente a nenhum problema social, nem político (tomando esta palavra em seu sentido amplo)” (POUGET, 1908, p. 28 apud SILVA, 2017, p 284). Como veremos mais à frente, suas ideias são semelhantes às de Neno Vasco, sindicalista revolucionário português que teve

¹²Foi acrescentado o termo “revolucionário” entre colchetes ao termo “sindicalismo”, pois esta é a intenção original do autor, que, por particularidades da língua inglesa, utiliza apenas a palavra “sindicalismo” para significar um sindicalismo radical, dentro da ampla tradição anarquista, ou seja, o sindicalismo revolucionário.

¹³ Émile Pouget teorizou sobre a ação direta, uma atualização do princípio da AIT de que “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”. Não pude precisar se esta foi a primeira utilização do conceito, mas é notável que o autor conseguiu exprimir em duas simples palavras toda a conceitualização de independência dos trabalhadores em relação à política institucional, do fazer e agir por si próprio enquanto classe, por meios *diretos* e não *indiretos*.

uma atuação destacada em Portugal e no Brasil. O sindicalismo revolucionário defende, na verdade, uma neutralidade doutrinária dos sindicatos (BONOMO, 2016), pois a luta política - tendo em vista que política é poder -, continua a ser travada, mas por fora da institucionalidade burguesa.

Em relação à Carta de Amiens e ao escrito intitulado “A Política da Internacional”, publicado em 1869 no jornal *L'Égalité* (A Igualdade) por Bakunin, a primeira defende que “todos os trabalhadores, quaisquer que sejam suas opiniões ou suas tendências políticas ou filosóficas” têm o dever “de pertencer ao agrupamento essencial que é o sindicato” e o segundo diz que:

Pensamos que os fundadores da Associação Internacional agiram com grande sabedoria ao eliminar inicialmente do programa desta Associação todas as questões políticas e religiosas. Sem dúvida, não lhes faltaram em absoluto nem opiniões políticas, nem opiniões anti-religiosas bem definidas; mas eles abstiveram-se de emití-las nesse programa porque seu objetivo principal era unir acima de tudo as massas operárias do mundo civilizado numa ação comum. Tiveram necessariamente de buscar uma base comum, uma série de simples princípios sobre os quais todos os operários, quaisquer que sejam, por sinal, suas aberrações políticas e religiosas, por pouco que sejam operários sérios, isto é, homens duramente explorados e sofredores, estão e devem estar de acordo (BAKUNIN, 2008, pp. 42-43 apud LEVAL, 2007 p. 47).

Portanto, a CGT é herdeira da AIT, sistematizando as propostas e experiências coletivistas que resultam na constituição do sindicalismo revolucionário. Ela exerceu bastante influência no Brasil, como veremos adiante.

1.2.3 Sindicalismo revolucionário no Brasil

1.2.3.1 Contexto brasileiro, lutas e congressos operários

O processo de industrialização do Brasil iniciou-se após mais de um século do início da industrialização inglesa, o primeiro país a realizar a sua Revolução Industrial, ainda no século XVIII. O capital acumulado pela agroexportação, principalmente do café, foi utilizado para o desenvolvimento das primeiras indústrias, fomentadas pela agricultura cafeeira escravagista (SANTOS, 2017). Os séculos de escravidão no Brasil são importantes para que

possamos compreender como esta experiência histórica coletiva influenciou as atitudes do Estado, dos operários, dos patrões e da sociedade como um todo.

No século XIX, algumas fábricas incipientes utilizavam-se de mão de obra escravizada, outras utilizavam escravizados para trabalhos pesados e operários livres para trabalhos qualificados, como a fábrica St. John del Rey Mining Co. de capital inglês, em 1830, sendo que existiam também empresas que utilizavam apenas mão de obra assalariada (Ibid., p. 16). Portanto, alguns dos primeiros operários brasileiros conviveram com o trabalho escravizado, o que resultou na participação destes na luta abolicionista, pois a manutenção da escravidão no Brasil “era um obstáculo para o proletariado lutar por suas reivindicações. Em 1853 a Imperial Associação Tipográfica Fluminense lutou pela libertação de um escravo tipógrafo do Rio de Janeiro. Fatos como esse aconteceram em diversas regiões do Brasil” (Ibid., p. 17).

Com a abolição do trabalho escravizado, as classes dominantes promoveram a imigração de trabalhadores europeus, sobretudo italianos, portugueses e espanhóis. No ano de realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, em 1906, o número de imigrantes no Rio de Janeiro era de 210.515 pessoas, em uma população de 811.443 habitantes (Ibid., p. 19). O principal motivo desta imigração era o embranquecimento da população, substituindo os libertos em diversas profissões, arrastando-os para a marginalidade (Ibid., p. 25).

Estes imigrantes trouxeram consigo o socialismo e o anarquismo, que “assim como no sul do continente europeu [...] encontrou terreno fértil entre os trabalhadores do Brasil e dos países sul-americanos”. Chegavam ao Brasil com a esperança de uma vida melhor e deparavam-se com uma realidade distinta daquela imaginada, vivenciando a exploração, a miséria e a violência (Ibid., p. 34).

A partir do final do século XIX e início do século XX, aumenta-se a agitação e organização dos trabalhadores brasileiros. Em 1903 é criada no Rio de Janeiro a Federação das Associações de Classe, aos moldes da CGT Francesa, tornando-se em 1906 a Federação Operária Regional Brasileira (FORB) devido ao contato dos militantes residentes no Brasil com sindicalistas argentinos da FORA. Em 1905 é fundada a Federação Operária de São Paulo (FOSP) por padeiros, sapateiros, marceneiros e chapeleiros e no ano seguinte, em 1906, a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) e a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) (CORRÊA, 2016). “No primeiro governo de Rodrigues Alves (1902-1906), terceiro presidente civil, aconteceram inúmeras greves e mobilizações proletárias que culminaram

com a realização do emblemático Primeiro Congresso Operário (1906)”, sendo que em 1904 ocorreu a famosa Revolta da Vacina no Rio de Janeiro (SANTOS, op. cit., p. 65).

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro ocorreu em 1906, no Rio de Janeiro, organizado pela FORB, contando com a presença de 43 delegados representantes de 28 sindicatos operários. Nas resoluções, encontra-se no Tema 1 - “A sociedade operária deve aderir a uma política de partido ou conservar a sua neutralidade? Deverá exercer uma ação política?” a orientação para “pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política ou religiosa, ou de um programa eleitoral”. No Tema 2 - “Como comemorar o 1º de Maio?” há uma saudação ao operariado francês, em uma referência à CGT, “modelo de atividade e iniciativa ao trabalhador do Brasil” (ANDRADE, 1981, pp. 15-16).

O congresso aprovou também a criação da Confederação Operária Brasileira (fundada efetivamente em 1908) e seu jornal, *A Voz do Trabalhador*. Sobre a ação operária, o congresso recomendou “a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o label, as manifestações públicas, etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar e de momento” (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 51). No Tema 5 - “Qual a utilidade do operariado consciente do Brasil em face da atual agitação em prol das oito horas e contra o militarismo?” foi aprovado que, “no dia 1º de Maio de 1907” o operariado do Brasil “imponha oito horas de trabalho” (Ibid., pp. 52-53).

Referindo-se ao Primeiro Congresso, o português Neno Vasco afirmou que:

O Congresso não foi, decerto, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe. O nosso fim não é constituir duplicatas de nossos grupos políticos. Mas se o Congresso não foi a vitória do anarquismo, foi, porém, indiretamente útil à difusão das nossas ideias (apud LEVAL, op. cit., p. 14).

No primeiro número do jornal confederal *A Voz do Trabalhador*, de 1 de Julho de 1908, Ano I, nº 1 (CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, 1985), em sua coluna inicial na qual consta seu programa, está escrito o seguinte objetivo e método organizativo para alcançá-lo:

O que desejamos, e havemos de conseguir, custe o que custar - é a emancipação dos trabalhadores da tirania e exploração capitalista, transformando o atual regime economico do salariato e do patronato num regime que permita o desenvolvimento de organizações de produtores-consumidores, cuja celula inicial está no actual sindicato de resistencia ao patronato. Como meio pratico, como metodo de luta para

alcançar tal *desideratum*, adotará e usará o sindicalismo revolucionário (CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, 1985 n.1 – Sic.).

Após as resoluções do I Congresso, os militantes colocaram em prática suas decisões. Em 1907 houve uma “intensa agitação operária reivindicando a redução da jornada de trabalho para oito horas e aumentos salariais variáveis (25 a 30%)” (MAGNANI, 1982, p. 111) iniciando-se com os metalúrgicos da Companhia Lidgerwood, generalizando-se entre os pedreiros, trabalhadores em madeira, sapateiros mecânicos, tecelões, gráficos, jardineiros, encanadores, costureiras, entre outros, liderados pela Federação Operária de São Paulo (FOSP) (Ibid., pp. 132-138). No Rio de Janeiro entraram em greve ladrilheiros, tecelões, ferreiros e outras categorias (SANTOS, op. cit., p. 71). Em 1908 os trabalhadores das Docas de Santos também entraram em greve pela jornada de 8 horas, tendo inclusive que utilizar armas contra algumas unidades da cavalaria para se defender (Ibid., p. 75).

Em 1912 ocorreu o “Congresso Pelego”, como ficou conhecido entre os sindicalistas revolucionários, promovido por Mário Hermes, filho do presidente da República Marechal Hermes da Fonseca. Foi aprovada a criação da Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), tendo Mário Hermes como seu presidente de honra (SANTOS, 2017, p. 78). O congresso não teve êxito e a liderança dos trabalhadores seguia sendo sindicalista revolucionária, como vere, até pelo menos a década de 1920. Em relação à este congresso, Santos (Ibid., p. 79) considera que pode-se entendê-lo como “uma tentativa do Estado burguês de aparelhar o movimento sindical, fato que terminaria se consolidando com o declínio das ideias anarquistas nos sindicatos e o fim da Primeira República”, ou seja, durante a Era Vargas.

O Segundo Congresso Operário Brasileiro ocorreu em 1913 também no Rio de Janeiro, através de uma iniciativa da FORJ, contando com “a participação de duas federações estaduais, cinco federações locais e mais de cinquenta sindicatos, quatro jornais (A Voz do Trabalhador, do Rio de Janeiro; A Lanterna, de São Paulo; Germinal, de São Paulo e O Trabalho de Bagé, Rio de Janeiro), ligas e associações do país” (MATEUS, [s.d], p. 6), totalizando 117 delegados, contando com a adesão moral de organizações de Minas, Ceará, Mato Grosso e Pará (PINHEIRO; HALL, 1979). A FORA e a FORU enviaram telegramas e um delegado ao Congresso, no qual foi decidido a organização do Primeiro Congresso Operário Sul-Americano e a formação de uma “Comissão Internacional de Relações entre os operários da América do Sul” (Ibid., p. 201). Mateus (op. cit., p. 7) afirma que “esta rede de solidariedade internacional daria cabo à criação no ano de 1915 do *Congresso Internacional*

da Paz [...]” que aprovou um manifesto dizendo que conclamavam o “proletariado da Europa e da América a uma ação revolucionária, que dê por terra com o atual estado de coisas, varrendo da face do mundo as quadrilhas de potentados e assassinos que mantêm os povos na escravidão e no sofrimento” (ANDRADE, 1981).

Em relação ao internacionalismo proletário, o Congresso aprovou ainda moções de solidariedade aos trabalhadores mexicanos, portugueses, espanhóis e à CGT francesa, além de prestar uma homenagem à Francisco Ferrer y Guardia, fundador da Escola Moderna, pelo Relatório da Confederação Operária Brasileira (MATEUS, op. cit., p. 7).

O Tema 1 do Segundo Congresso Operário Brasileiro foi proposto pela Federação Operária de Santos, a mesma da qual faz parte João Crispim (veremos mais à frente o debate que faz com Neno Vasco sobre a questão da declaração oficial do anarquismo no sindicato, ou seja, do anarcossindicalismo). O Tema foi colocado da seguinte maneira:

Tema 1 - Sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação econômica e social, quais devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade ou os do socialismo anarquista? (PINHEIRO; HALL, 1979, pp. 188-189)

E a proposta de resolução, não aprovada, encaminhada também pela Federação Operária de Santos através de seus delegados João Crispim e Rafael Serrato Muñoz, foi alinhada com a diretriz do tema:

Considerando que a política é a arte de governar os povos e que o governo é a antiteze da liberdade econômica, social e intelectual dos trabalhadores, este Congresso aconselha a propaganda do anarquismo nas sociedades operárias, como meio para alcançar a emancipação dos trabalhadores (A VOZ DO TRABALHADOR, Ano VI, nº 39-40, p. 3, apud CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, 1985).

Mas, mantendo-se sindicalista revolucionário, o Congresso aprovou que os trabalhadores deveriam repelir a “influência dissolvente da política, dedicar-se à obra da organização operária sindicalista”, mas deveriam permitir “em seu seio uma ampla exposição e discussão de todas as idéias” (ANDRADE, op. cit., p. 35). Para deixar claro a posição sindicalista revolucionária do Congresso, no Tema 19 - “Atitude dos sindicatos revolucionários em face da organização operária iniciada e auxiliada pelo clero católico”, a resolução aponta que “a intromissão de uma seita religiosa nas agremiações operárias é uma

manifestação eminentemente partidária” e que o “‘sindicato católico’ constitui a maior escola de crumirismo¹⁴ e passividade” orientando os trabalhadores a “se afastar de modo absoluto desse instrumento de engano e de cegueira que é o chamado sindicato católico” (Ibid., p. 47).

Reforçando ainda mais sua herança da Associação Internacional dos Trabalhadores, herança consciente ou não, o Congresso aprovou na resolução do Tema 23 - “Atitude do proletariado em caso de guerra externa” que o trabalhador deveria, “em caso de guerra externa, declarar-se em greve geral revolucionária” (Ibid., pp. 49-50). Foi adotado também um sinete confederal (o famoso símbolo da COB) com os dizeres “Bem-estar e Liberdade”.

Vemos que a tentativa de transformação dos sindicatos revolucionários em sindicatos anarquistas, pela Federação Operária de Santos, não teve êxito, pois a resolução deste tema seguiu a orientação dada em 1906 quando da realização do primeiro congresso. Desta forma, fica muito clara a distinção entre o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo.

O ano de 1917 foi emblemático para o Brasil e o mundo. Em junho, ocorre a greve dos tecelões no Cotonifício Rodolpho Crespi na Mooca em São Paulo, que rapidamente se generaliza, transformando-se na Greve Geral de 1917, espalhando-se pelo Rio de Janeiro. O assassinato do sapateiro José Iñiguez Martinez pela polícia em São Paulo e o desabamento do New York Hotel no Rio, no qual 13 operários morreram, foram agravantes da situação. Os trabalhadores paulistas organizam o Comitê de Defesa Proletária para levantar as pautas e conduzir a negociação. No Rio de Janeiro, os trabalhadores fizeram a mobilização com a criação do *Comitê Central de Agitação e Propaganda contra a Carestia e o aumento dos Impostos* (CAMPOS, 1988, pp. 47-54). Edgard Leuenroth (1881-1968) foi preso acusado de liderar o movimento grevista (SANTOS, 2017; CAMPOS, 1988). Houveram atos de depredação em diversos pontos da cidade. A população reagia às cargas de cavalaria atirando pedras (SANTOS, 2017 p. 117), bem como trocavam tiros com a polícia:

Nos bairros fabris do Brás, Moóca, Barra Funda, Lapa, sucedem-se tiroteios com grupos populares; em certas ruas já começaram a fazer barricadas com pedras, madeiras velhas, carroças viradas e a polícia não se atreve a passar por lá, porque dos telhados e cantos partem tiros certos (SANTOS, 2017 p. 115).

Para acirrar os ânimos, no final do ano, do outro lado do mundo, eclodiu a Revolução Russa de Outubro de 1917. Santos (2017, p. 129) afirma que, nos principais jornais anarquistas, tal como *A Plebe*, “nos primeiros anos após a conquista do poder pelos marxistas

¹⁴Crumiro, em língua italiana, significa fura-greve (MAGNANI, op. cit., p. 130)

russos, fica explícita a empolgação dos militantes libertários com a revolução liderada por Lênin”, interpretando-a “como uma revolução libertária que finalmente findou o capitalismo na Rússia”, incluindo aqui Astrojildo Pereira (1890-1965), posteriormente um dos fundadores do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, que saudava a revolução como uma conquista dos anarquistas russos. A Revolução Russa revigorou o sindicalismo revolucionário no Brasil,

A publicação das *Teses de Abril*, em abril de 1917, abriu a possibilidade de interpretação de que o líder bolchevique estava se afastando da ortodoxia marxista, pois Lênin afirmou que os soviets, inspirados na Comuna de Paris, deveriam substituir o parlamento, defendeu a transformação da guerra capitalista mundial em guerra revolucionária, nivelamento dos salários, abolição da polícia, do exército. Na prática eram bandeiras defendidas pelos militantes anarquistas (SANTOS, 2017 p. 148).

Em agosto de 1918 ocorre uma greve na companhia Cantareira, na qual inesperadamente somam-se soldados do 58º Batalhão de Caçadores, que “participam da luta ao lado da multidão contra as forças da milícia estadual” (ADDOR, 1986, p. 124). Santos (2017, p. 138) afirma que “doze policiais e um número desconhecido de trabalhadores e militares rebelados do exército saíram feridos”, sendo assassinados o soldado Nestor Pereira da Silva, o cabo Antônio Lara França e o civil José Oliveira do Amaral. Após essa greve, o clima estava totalmente propício para uma sublevação: nacionalmente, o proletariado era intensamente explorado, havia uma crise econômica no país, altos preços e ainda por cima a gripe espanhola matou vários operários e operárias; internacionalmente, havia a influência da Revolução Russa, da revolução na Alemanha e do fim da Primeira Guerra Mundial (Ibid., pp. 140-141).

Em 18 de novembro de 1918 os trabalhadores têxteis pararam simultaneamente o trabalho, somando-se à eles os trabalhadores metalúrgicos e da construção civil. A intenção era reunir-se no Campo de São Cristóvão no Rio de Janeiro, tomar a Intendência de Guerra, o Palácio da Polícia e o Quartel-General da Brigada Policial, atacando o Palácio do Catete, a Câmara dos Deputados e a Prefeitura (ADDOR, 1986). A tentativa foi frustrada pelo segundo-tenente do exército Jorge Elias Ajus, que infiltrou-se no movimento dizendo ser também um anarquista, “chegando mesmo a ficar responsável pela elaboração da estratégia militar do levante” (ADDOR, 1986 p. 167).

Já em março de 1919, 14 indivíduos são pronunciados como incursores nas penas do Artigo 107 do Código Penal - crime de atentado - como cabeça o denunciado Dr.

José Rodrigues Leite e Oiticica, e como co-autores os denunciados Agripino Nazaré, Álvaro Palmeira, Ricardo Corrêa Perpétua, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Manuel Campos, João da Costa Pimenta, Gaspar Gigante, Manuel Castro, Joaquim Moraes, Manuel Domingues, Oscar Silva e Adolfo Buste (ADDOR, 1986 p. 175).

Já em meados de junho de 1918, Astrojildo Pereira propunha em diversos artigos a “solução revolucionária e anárquica” para resolver a carestia e demais problemas enfrentados pela classe trabalhadora (Ibid., p. 63). A mobilização após a Greve Geral de 1917, a Revolução Russa, a greve da Cantareira e as recentes notícias da Alemanha em processo revolucionário criaram a expectativa nos militantes brasileiros de que pudesse haver uma adesão dos militares de baixa patente à revolução social (SANTOS, 2017).

Tanto para os operários quanto para a imprensa e a burguesia, havia uma confusão entre a concepção de anarquismo e marxismo e o que significava de fato a vitória da Revolução Russa. Em 1919, foi apreendido na casa de um padeiro 40 bombas de dinamite, material de propaganda e um retrato de Lênin. O padeiro foi apresentado como um “anarquista bolchevista” com seu arsenal revolucionário (Ibid., p. 155). O fato é que a importância deste acontecimento não pode ser colocada em segundo plano.

Mas, na medida em que chegavam as notícias sobre a repressão em Kronstadt, o ataque bolchevique contra o anarquista Nestor Makhno (1888-1934) e seu exército camponês, bem como as notícias de militantes anarquistas que estiveram na Rússia como Emma Goldman (1869-1940) e Alexander Berkman (1870-1936) sobre a perseguição aos anarquistas russos, os anarquistas brasileiros foram perdendo as ilusões de que a Revolução Russa teria um caráter libertário. Um dos primeiros a se manifestar contra a revolução foi o anarcossindicalista Florentino de Carvalho (Primitivo Raymundo Soares, 1883-1947) (Ibid., p. 171).

Em abril de 1920 aconteceu o Terceiro Congresso Operário Brasileiro, também no Rio de Janeiro, contando com 150 delegados de 75 associações sindicais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará, Amazonas e Pernambuco (Ibid., p. 162). Mas Santos Barboza, a serviço do jornal *O Rebate* de Pelotas - RS, afirma que também estavam presentes delegações da Bahia, do Espírito Santo e de Santa Catarina, divergindo da quantidade de delegados, afirmando que foram 132 no total (LONER, 1998).

Este congresso aconteceu em uma conjuntura de intensa repressão policial (SANTOS, 2017). O militante Plácido de Albuquerque, do Pará, morreu devido aos maus tratos sofridos por ele na Central de Polícia onde foi preso, a mando do governo do Pará, quando estava indo

para o III Congresso (RODRIGUES, 1979). Ao invés de delegar a execução das decisões para a Confederação Operária Brasileira, como havia sido feito nos dois primeiros congressos, neste a execução ficou a cargo da Comissão Executiva do Terceiro Congresso (CETC), sendo que “Edgard Leuenroth foi eleito secretário-geral, Domingos Passos representante da Região Centro, José Elias da Silva da Região Norte, Jorge Adalberto de Jesus da Região Extremo Norte, Teófilo Ferreira da Região Sul e Alberto Lauro da Região Extremo Sul” (SANTOS, 2017 p. 163). Domingos Passos, o “Bakunin Brasileiro”, também foi o delegado da União dos Operários em Construção Civil (UOCC).

Sobre a “Orientação e finalidade”, o congresso reafirma “em suas linhas gerais as declarações sobre orientação feitas nos Congressos de 1906 e 1913”, afirmando que “a organização operária, constituída sob um princípio de justiça, tem por fim estabelecer uma sociedade em que todo o produto do trabalho útil de todos, seja, de fato, propriedade de todos os trabalhadores” (RODRIGUES, 1979, p. 165), afirmando-se desta forma o princípio da propriedade coletiva. O relatório da Associação Gráfica Fluminense apresentado ao Congresso dizia que sendo a associação “regida por bases sindicalistas, não podia deixar de acompanhar as demais classes nas greves de 1º de maio e na Internacional de protesto contra a intervenção dos Aliados na Rússia, em 23 de julho de 1919” (Ibid., p. 183). Rodrigues (Ibid., p. 167) aponta que, após a leitura do telegrama dos “chaufferes”, “foram aprovadas moções de congratulações com a 3ª *Internacional de Moscou*, aos trabalhadores de todo o Universo”.

Segundo Mateus (op. cit., p. 10), John W. Foster Dulles “afirma que a Liga Operária da Construção Civil de São Paulo propôs” ao congresso a filiação à Terceira Internacional, “caso que não ocorreu por posições de Astrojildo Pereira” e Edgard Leuenroth. Mas o congresso aprovou a moção de “transmitir seus ‘votos de felicidade ao importante acontecimento de Moscou, cujos princípios ferais verdadeiramente correspondem às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo o mundo” (DULLES, 1977, p. 113). Foram aprovadas moções de solidariedade ao operariado espanhol e irlandês (LONER, 1998). A última sessão foi presidida pela costureira Elvira Boni (1899-1990), da União das Costureiras do Rio de Janeiro (LONER, 1998; RODRIGUES, 1979).

Em 1921 ocorreu uma combativa greve nas docas de Santos e também no Rio de Janeiro, onde o cozinheiro José Leandro assassinou um policial com golpes de faca. A greve contou com o apoio ativo UOCC de Domingos Passos, que manifestou sua solidariedade com

a Associação dos Marinheiros e Remadores. Quando a polícia tentou invadir a sede do sindicato,

O delegado Nascimento Silva precisou pedir reforços do corpo de bombeiros para invadir o prédio. Os bombeiros usaram suas escadas para invadir o prédio pelas janelas e abrir as portas por dentro. Com a invasão o tiroteio começou e o delegado precisou requisitar reforço da cavalaria. O confronto terminou com três feridos e 20 operários presos pela Polícia Central. A polícia afirmou que a maioria dos operários grevistas ali reunidos era composta por portugueses e que na sede da associação foram encontradas armas, pedras e material subversivo com tópicos de um programa do comunismo anarquista (SANTOS, 2017, p. 167).

Também foi afirmado pela polícia que, na casa de Alexandrino Valente Coutinho, secretário da União de Empregados em Padarias, havia sido encontrado um enorme retrato de Kropotkin, nove bombas, 74 cartuchos de dinamite, panfletos e livros de propaganda anarquista (SANTOS, 2017). Quanto à quantidade e ao material encontrado, não se pode ter certeza. Mas estes relatos servem para nos mostrar a postura da polícia e dos sindicalistas revolucionários nos embates.

Para Santos (2017 p. 154), “o cenário para as elites era ameaçador, pois mesmo com toda a repressão ao temido movimento insurrecional anarquista do final de 1918, as greves e manifestações operárias estavam crescendo e inflamando a massa proletária”. Observando-se a tradição do sindicalismo revolucionário desde a Internacional, no Brasil o processo insurrecional de 1918 deu-se aliado à uma greve generalizada (que não chegou a ser uma greve geral de fato), de acordo com a concepção anarquista de revolução. Diversas críticas podem ser feitas às táticas e ao modo como foi conduzida, mas a sua estratégia está coerente com a tradição do sindicalismo revolucionário internacional.

Se fôssemos estabelecer ciclos e/ou subciclos de greve, como fez Silva (2017), poderíamos dizer que existe um grande ciclo de lutas no período da Primeira República, com subciclos no final da primeira década do século XX e no final da década de 1910, adentrando a década de 1920, acompanhando a realização dos congressos operários. São períodos em que as greves se tornam mais acentuadas e generalizadas. De fato, de 1917 até meados da década de 1920 temos o ápice das lutas promovidas pelo sindicalismo revolucionário no Brasil, contando com um greve geral, diversas greves parciais e/ou generalizadas e até mesmo uma tentativa de insurreição popular. O movimento operário sofre uma depressão nas mobilizações a partir de 1913, se reorganizando em 1916 até chegar ao clima de forte agitação e organização de 1917 até 1921 (CAMPOS, 1988).

Os sindicalistas revolucionários no Brasil construíram, segundo *A Plebe*, a maior entidade operária da América do Sul, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), conseguiram liderar a Greve Geral de 1917 e diversas outras greves, além de boicotes e sabotagens que, assim como os furtos - considerados como “tributo pago à força pelo patrão” (Ibid., p. 108) -, constituíram o processo de formação da consciência de classe entre aquelas operárias e operários. Veremos agora quais eram as correntes anarquistas presentes no Brasil e suas concepções.

1.2.3.2 Os anarquistas partidários da ação sindical

No Brasil, o anarco-comunismo teve bastante influência, dividindo-se basicamente entre kropotkinianos e malatestianos (MARQUES, 2013). A maioria das correntes eram partidárias da ação sindical, porém divergiam em relação à função do sindicato, a estratégia a ser adotada e a atuação anarquista. Determinados anarco-comunistas poderiam ser ou não partidários da ação sindical, defender o sindicalismo revolucionário ou o anarcossindicalismo, bem como estar organizado em alguma organização anarquista específica. O que os definia como “anarco-comunistas” era simplesmente a perspectiva de distribuição da produção em uma sociedade revolucionária. O restante das questões estratégicas, das crenças, ideias e valores eram divergentes. Este debate sobre ideologia e estratégia, importante para compreender esta questão, será feito no capítulo 3, devido ao fato de que os autores analisados da década de 1980 no próximo capítulo, cometeram equívocos que poderiam ser evitados caso esse debate tivesse sido elaborado na época.

Segundo Marques (2013 p. 88), “as ideias de Malatesta influenciaram em grande parte o movimento operário brasileiro que, no início do século XX, se organizava em torno da bandeira do sindicalismo revolucionário”. O sindicalismo revolucionário no Brasil deveu-se muito à Malatesta (CORRÊA, 2010) mas também à CGT Francesa, que, como verificou-se, é considerada por James Guillaume como a herdeira direta da Internacional. Mas o processo de consolidação do sindicalismo revolucionário no Brasil não se deu sem embates políticos, tanto entre os anarquistas quanto com comunistas (após 1922).

Militantes anarquistas tais como José Elias da Silva, Astrojildo Pereira, Edgard Leuenroth, Domingos Passos, Florentino de Carvalho, José Oiticica (1882-1957), Rozendo

dos Santos, Manuel Moscoso, Giulio Sorelli e Neno Vasco foram bastante atuantes no movimento sindical. A presença de mulheres nos meios militantes era reduzida devido à inúmeros problemas (entre eles o machismo), mas se pode citar as costureiras Tecla Fabri, Teresa Cari, Maria Lopes, a já citada Elvira Boni e a operária Matilde Magrassi (ALVARENGA, 2018).

José Oiticica e Astrojildo Pereira, presos na Insurreição Anarquista de 1918, juntamente com diversos militantes, foram os fundadores do primeiro Partido Comunista do Brasil em 1919, de tendência anarco-comunista, tendo como programa o texto *Princípios e fins do comunismo*, redigido por Oiticica em abril de 1919. Ambos redigiram também o jornal *Spartacus*. Entre os membros do partido estavam José Romero, José Elias da Silva, Hélio Negro e Edgard Leuenroth (SANTOS, 2017).

Também houve uma iniciativa em 1916, quando Angelo Bandoni, Gigi Damiani, Florentino de Carvalho, entre outros, fundam a *Alliança Anarquista*, organizada em torno do jornal *Guerra Sociale*. Conseguiram a adesão de diversas organizações libertárias, mas sua organicidade era frágil e os grupos eram “ligados por uma simples comissão de correspondência” (*Alliança Anarquista. Guerra Sociale, 30/09/1916* apud SANTOS, [s.d], p. 26). Baseavam-se basicamente em Errico Malatesta e Luigi Fabbri (1877-1935), buscando estabelecer de certa forma um dualismo organizacional (SANTOS, s/d, pp. 20-27). Mas, segundo Edilene Toledo (2011):

A ação mais difundida entre os anarquistas era, como dissemos, a do grupo de propaganda. De fato, a base da vida política do anarquismo no Brasil era a cooperação voluntária entre pequenos grupos distintos, espontaneamente constituídos. Não parece que esses grupos tivessem estrutura fixa. Provavelmente, os novos membros entravam por recomendação de algum antigo (TOLEDO, 2011 p. 5 apud ALVARENGA, 2018 p. 47).

Provavelmente, este foi um fator que influenciou a formação dos grupos citados acima. Estas foram tentativas de dar maior organicidade ao anarquismo no Brasil, mas que não lograram êxito. A Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários, escrita pelo grupo Dielo Trouda do qual fez parte Nestor Makhno, foi publicada apenas em 1926 e mesmo assim sofreu inúmeros ataques por defender a unidade tática e teórica e a responsabilidade coletiva por parte dos anarquistas (TROUDA, 1997).

Florentino de Carvalho, por exemplo, defendia tanto a atuação em organizações anarquistas específicas quanto nos sindicatos, mas com o intuito de transformá-los também em sindicatos anarquistas. A Liga Operária da Construção Civil afirmou na 3ª Conferência

Operária Estadual de São Paulo, convocada pela FOSP em 1931, que defendia os princípios do Sindicalismo Revolucionário como meio e o Comunismo Libertário como finalidade (BONOMO, 2016), ou seja, o anarcossindicalismo. Alguns defendiam o fim dos sindicatos após a “revolução anarquista”, como no artigo *O Sindicato tal qual nós entendemos - meios de ação e finalidade revolucionária* do jornal *A Voz da União*, órgão dos empregados em cafés, confeitarias, bares e anexos, demonstrando uma perspectiva de ideologização sindical, mas com a finalidade de abolição dos organismos sindicais e a constituição de uma comuna (BONOMO, 2016).

O jornal *O Alfiate* em 1920, defendia que “os trabalhadores não chegaram ao grau evolutivo necessário para poderem se considerar anarquistas” (Ibid., p. 115), assim como Pedro Mota, um militante que defendia que a declaração ideológica dos sindicatos só poderia acontecer quando os trabalhadores estivessem em sua maioria aperfeiçoados para o anarquismo (BONOMO, 2016).

Já os sindicalistas revolucionários baseavam-se em Malatesta, Bakunin¹⁵, Émile Pouget e outros autores, sendo que esta não era a única concepção sindical dos anarquistas atuantes no Brasil, ainda que seja a concepção que protagonizou os maiores acontecimentos do período. Em relação à esta afirmação, Bonomo (2016) mostra que:

Pelo que pesquisamos nos prontuários do DOPS vimos que, por exemplo, a ação dos anarquistas nos sindicatos causava muito mais preocupação, principalmente quando se abstinham de realizar apenas doutrinarismo político, do que a própria existência do Comitê de Relações dos Grupos Anarquistas, que praticamente nem merece a menção da polícia, possuindo um prontuário insignificante (BONOMO, 2016 p. 157).

Este comitê tratava-se de uma coordenação anarquista com uma concepção próxima à kropotkiniana, na qual a sociedade tende naturalmente para o anarquismo, sem maiores preocupações com a revolução e em como fazê-la, difundindo as ideias anarquistas através da propaganda, “formando indivíduos conscientes” pois a “revolução social só se faria quando o povo estivesse em condição de a fazer” (Ibid., p. 153).

¹⁵As referências à Bakunin não são abundantes. Encontramos algumas referências: no número 11, Ano 1, de 17 de Maio de 1909, página 2, do jornal *A Voz do Trabalhador* (CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, 1985), há um artigo assinado por Miguel Bakunine intitulado “Militarismo Profissional”, que não entrava na questão do debate sobre organização; também encontramos uma referência totalmente desencontrada em defesa dos “métodos bakunianos” quando um militante conhecido como Pinto critica o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo no IV Congresso Operário do RS, em Pelotas, 1928 (CORRÊA, 2016, pp. 13-14). Mas militantes tais como Neno Vasco possuíam um maior conhecimento em relação ao bakuninismo, como veremos, considerando-se inclusive um continuador de sua obra e da Internacional. Mesmo assim, a influência de Bakunin existe, mesmo que implicitamente, pois ele foi o pai do sindicalismo revolucionário (LEVAL, op. cit., p. 19).

Para ser considerado um sindicalista revolucionário, determinado grupo ou militante deve ver no sindicato um órgão da sociedade futura; deve perceber nele uma importante função para se alcançar a revolução libertária. Portanto, para além do sindicalismo revolucionário existiram outras perspectivas de atuação sindical e até mesmo quem negasse a importância da atuação sindical para o anarquismo, como defendeu Alberto Vianna no jornal *A Plebe* (CAMPOS, 1988).

Corrêa (2010) reproduz um trecho de Samis (2009) que nos fornece maiores informações sobre os principais grupos anarquistas existentes na Primeira República:

Internamente, o grupo de Neno destacava-se em um debate que colocaria em evidência duas tendências no interior do movimento anarquista. Uma primeira, defendida pelo *O Amigo do Povo*, a organizacionista, buscava uma relação entre os libertários, com vistas ao estabelecimento da tese malatestiana de partido. Em conformidade com esta perspectiva viam no sindicato um excelente meio para unir trabalhadores e fazer a necessária propaganda, objetivando criar uma organização anarquista com base operária sólida [...] Em oposição, a tendência antiorganizacionista suspeitava da aproximação excessiva entre anarquistas e sindicalistas. Pensavam os dessa vertente que a constituição de grupos estáveis, com relações sólidas e permanentes, alheios muitas vezes à efemeridade de determinados objetivos, era um desvio da essência mesmo do anarquismo. No ano de 1905, o periódico *La Battaglia*, reduto dos antiorganizacionistas, sintetizava suas teses no grupo La Propaganda (SAMIS, 2009 p. 161 apud CORRÊA, 2010 p. 30).

Desta forma, pode-se perceber que existiam divergências no interior do anarco-comunismo, e que determinados anarco-comunistas eram sindicalistas revolucionários, alguns eram anarcossindicalistas e outros ainda rechaçavam a participação anarquista nos sindicatos. Portanto, a oposição entre anarco-comunistas e sindicalistas revolucionários, que será abordada no capítulo 3, se demonstra como uma falsa oposição, algo que também ocorreu no Congresso Anarquista de Amsterdã em 1907, como verificou-se anteriormente.

Em relação aos comunistas, no primeiro número da revista *Movimento Comunista*, órgão do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, que fundaria conjuntamente a outros grupos o PCB em 1922, estão expostas propostas que tornassem a organização mais sólida e eficiente:

Com referência à organização partidária, desejamos e preconizamos a união, solidamente baseada num mesmo programa ideológico, estratégico e tático, das camadas mais conscientes do proletariado. As experiências próprias e alheias nos aconselham unidade e concentração de esforços e energias, tendo em vista coordenar, sistematizar, metodizar a propaganda, a organização e a ação do proletariado (SANTOS, 2017, p. 183).

Já havia uma experiência marxista inicial em 1918, com a fundação da União Maximalista¹⁶ no Rio Grande do Sul por Abílio Nequete, Francisco Merino e Otávio Heingst, que mais tarde transformou-se em um Grupo Comunista que integrou o PCB quando da sua formação (SANTOS, 2017).

Alguns anarquistas, após 1922, vão procurar no marxismo as respostas organizativas que não encontraram no anarquismo. Veremos agora como Neno Vasco percebe a relação entre a organização de massas e a organização específica.

1.2.3.2.1 Neno Vasco e o sindicalismo revolucionário

Neno Vasco (Gregório Nazianzeno Moreira de Queirós Vasconcelos), nasceu em Penafiel, norte de Portugal, em 1878, falecendo em 1920. Participou do grupo editorial dos jornais *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre* e da Revista *Aurora* de Portugal (ALVARENGA, 2018; MARQUES, 2013). Para o militante anarquista, o anarquismo era “sindicalista” antes mesmo do termo surgir, em referência à atuação dos aliancistas no seio da Internacional, a “Internacional bakuninista” (VASCO, 2008, p. 164), através da formulação de uma teoria da revolução na qual a organização e federação das sociedades de resistência substituiriam o Estado e a burguesia, resultando no “que depois se chamou ‘sindicalismo revolucionário’” (Ibid., pp. 53-55). Para Vasco, pode-se até mesmo dizer, usando “a linguagem moderna de origem francesa, que quanto mais anarquista, mais sindicalista” (Ibid., p. 56). Além disso, o autor tem em Errico Malatesta um expoente do sindicalismo revolucionário.

A nova Internacional só pode ser uma associação destinada a reunir todos os operários (isto é, o maior número possível) sem distinção de opiniões sociais, políticas e religiosas para a luta contra o capitalismo, e por isso não deve ser nem individualista, coletivista, nem comunista; não deve ser nem monárquica, nem republicana, nem anarquista; não deve ser nem religiosa nem anti-religiosa. Única ideia comum, única condição de admissão: querer combater os patrões (MALATESTA, [s.d.] apud VASCO, 2008, p. 73).

Na tradição do sindicalismo revolucionário, conforme aponta Neno Vasco, estão inseridos inicialmente “Bakunine, Jukovsky, James Guillaume, Schwitzguébel, Spichiger,

¹⁶Em relação aos bolcheviques e mencheviques da Revolução Russa, os maximalistas eram os primeiros e queriam a realização máxima do programa comunista, enquanto que os mencheviques eram aqueles que queriam a aplicação mínima de um programa socialdemocrata, os minimalistas (SANTOS, 2017, op. cit., p. 126).

Herzig, Perron, Cafiero, Malatesta, Covelli, Eliseu Reclus, Brousse, Robin, Varlin, Anselmo Lorenzo, Farga Pellicer, Kropotkine¹⁷ e tantos, tantos outros”, que eram os elementos mais ativos da Associação Internacional dos Trabalhadores, sendo que a segunda geração, a que influenciou diretamente o proletariado brasileiro, era composta por “Pelloutier, Tortelier, Pouget, Yvetot, Delesalle, etc., na França”, além de outros anarquistas em diversos países (Ibid., pp. 62-63). No Brasil, segundo ele, a corrente predominante no anarquismo era a anarquista comunista, que baseava-se nas concepções de Malatesta de atuação sindical e propaganda anarquista (BONOMO, 2016).

O automatismo sindical é algo criticado por Neno Vasco, a perspectiva de que o sindicato automaticamente levará os trabalhadores à revolução por si próprio, sem a presença das minorias ativas conscientes em seu interior (TERRA LIVRE, 2014; VASCO, 2008). Ao referir-se aos sindicatos cristãos, amarelos e monárquicos, Vasco utiliza o termo entre aspas, “sindicato”, dando a entender que aquele modelo de organização do trabalhador não era o verdadeiro sindicato, pois o sindicato deveria ser uma sociedade de resistência. Ele também considera o sindicalismo revolucionário como um sindicalismo socialista anarquista, mas o faz para demonstrar a sua diferença com os modelos burocráticos de sindicalismo bem como do sindicalismo social-democrático (VASCO, 2008).

Sobre o mutualismo e o cooperativismo, ele os considera como associações que podem “desenvolver entre o operariado o espírito associativo e a capacidade administrativa”, mas que serve também, e principalmente, para a exploração capitalista:

Mas se, sem a resistência, o mutualismo e o cooperativismo são apenas impotentes, já passam a ser danosos e maléficos quando embaralhados e confundidos com a resistência, no sindicato. Em vez de confiar na ação, na propaganda e na experiência da luta operária, muitos militantes de vistas curtas querem precipitar o recrutamento de trabalhadores para a associação por meio do engodo dos socorros mútuos e da cooperativa; e este engodo em breve vem a paralisar ou a matar a ação de resistência, absorvendo toda a atividade associativa e fomentando o espírito conservador (VASCO, 2008 p. 111).

O militante também não faz a dissociação entre a federação de produtores e a comuna, como fizeram alguns grupos anarco-comunistas, que verificou-se anteriormente. Para ele, a sociedade revolucionária será composta pela federação de produtores, pela livre Comuna e grupos de atividade cultural, ou seja, pela associação livre de produtores-consumidores (VASCO, 2008). Vasco (2008 p. 150) critica aquilo que ele chama de “escola harmonista do

¹⁷Kropotkin é citado aqui como um dos membros atuantes na AIT. Mas Neno Vasco não utiliza suas posições para referendar seu sindicalismo revolucionário. Para isso, o autor utiliza Malatesta.

anarquismo”, que percebia a revolução como algo harmônico, um mundo instantâneo de fartura, no qual “não ficariam vestígios de reação nem riscos de contra-revolução”, na qual a “tormenta revolucionária, que pode ser longa e dolorosa” era suprimida, bem como o período de transição no qual haverá diversos embates entre tendências distintas. Essa perspectiva era propagada, sobretudo, pelos seguidores de Kropotkin, da qual se opõe o anarquismo de Malatesta, que considera que:

Se a greve geral expropriadora, isto é, a revolução social, não há de continuar sendo um mito, se deveras a queremos fazer e desejamos que ela dê os resultados que esperamos, temos que tratar, ao fazer a revolução, de utilizar com a maior economia possível os produtos herdados da burguesia e de organizar logo o trabalho para levar a produção à altura das novas necessidades (MALATESTA, [s.d.] apud VASCO, 2008, p. 152).

Neno Vasco também protagonizou um longo debate no jornal *A Voz do Trabalhador* com o anarcossindicalista João Crispim. Em um de seus artigos, ele diz que:

O camarada João Crispim atribui-me a defesa da “neutralidade sindical”. Verdadeiramente, no meu artigo, não falei em neutralidade; e, se tal palavra tivesse empregado, não o teria lhe dado o mesmo sentido que ele lhe deu. Eis porque o fato de ter saído o meu artigo na *A Voz do Trabalhador* poderia originar um equívoco. Eu não defendo a neutralidade passiva, à moda daqueles reformistas que pretendem encerrar o movimento operário na ação estreitamente corporativa, ou dos que querem banir do sindicato até a discussão e a propaganda, a livre iniciativa e a ação sincera das tendências. Prefiro falar em diferenciação de órgãos e de funções: a um lado a organização operária de resistência, a outro os partidos ou grupos de ideias” (TERRA LIVRE, 2014, pp. 61-62)

Por sua vez, João Crispim entende que,

[...] os anarquistas devem fazer a maior propaganda da ação revolucionária nos sindicatos, até que os seus ideais e seus métodos de luta sejam alvos das simpatias dos sindicatos e, desde este momento é que devem pretender que estes façam coletivamente declarações de princípios anarquistas, a fim de demonstrar-se que o anarquismo não é somente o ideal de uma pequena minoria de perseguidos, é o ideal das classes operárias (Ibid., p. 67).

Esta discussão surgiu em relação à aprovação por parte da Federação Operária de Santos, seguindo a FORA-V da Argentina, de uma declaração de princípios comunistas anarquistas, ferindo a perspectiva de pluralidade ideológica dentro dos sindicatos, assumindo uma ideologia específica. Foi esta mesma federação que propôs a vinculação ao anarquismo no Terceiro Congresso Operário Brasileiro, como verificou-se anteriormente. Este caso é importante, pois é elucidativo sobre a diferença de estratégia de massas do anarcossindicalismo e do sindicalismo revolucionário.

CAPÍTULO II: A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1980

Neste capítulo analisaremos três obras brasileiras da década de 1980, *O sonhar libertário* (1988) de Cristina Hebling Campos, *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro* (1986) de Carlos Augusto Addor e *O Movimento Anarquista em São Paulo* (1982) de Silvia Ingrid Lang Magnani, para poder apontar lacunas e acertos em relação à representação do sindicalismo revolucionário no movimento sindical operário da Primeira República, observando sua relação com o anarquismo, sua coerência histórica e as diferenças já apontadas entre o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo. A historiografia brasileira da década de 1980, cometeu equívocos de cunho conceitual e histórico, ao utilizar o termo “sindicalismo revolucionário” como sinônimo de “anarcossindicalismo”, ou mesmo apenas “anarcossindicalismo”, tornando a análise sobre o movimento operário da Primeira República no Brasil prejudicada.

A falta de distinção entre as diversas correntes anarco-comunistas foi outro erro recorrente que resultou em conclusões generalizantes e falsas oposições entre anarquismo e sindicalismo revolucionário. Questões como a industrialização, o caráter do Estado, a imigração, a capacidade do anarquismo enquanto ideologia para dar uma orientação que garantisse os direitos dos trabalhadores e alcançasse a revolução social, entre outras, são expostas, analisadas e comentadas. A reflexão sobre estas questões é fundamental para que possamos evitar reducionismos e conclusões que possuem mais caráter ideológico do que científico.

Os pressupostos teórico-metodológicos, o debate historiográfico estabelecido pelos autores e suas respectivas representações do sindicalismo revolucionário e do anarquismo são apresentadas, em uma perspectiva de revisão propriamente historiográfica, alinhada à história do sindicalismo revolucionário nacional e internacional, com o intuito de apontar eventuais equívocos e de reforçar posições coerentes.

Dos pressupostos teórico-metodológicos, pode-se apreender importantes contribuições para o estudo do movimento dos trabalhadores, através de um olhar que não se sustente em preconceitos e perspectivas pré-estabelecidas engessadas. A teoria deve servir para melhor compreender a prática e não para prendê-la de forma arbitrária em categorias abstratas. Na segunda parte de cada autor, temos um rico debate historiográfico estabelecido com autores de diversas perspectivas ao longo do século XX - até a década de 1980, obviamente -, que nos

dá um panorama geral das discussões que estavam presentes naquele momento. Por fim, analisaremos as representações do sindicalismo revolucionário e do anarquismo estabelecidos pelos três autores, observando como estes autores percebiam o movimento operário e sua forma de organização, o sindicalismo revolucionário, assim como suas respectivas concepções sobre o anarquismo.

2.1 O SONHAR LIBERTÁRIO

Cristina Hebling Campos publica seu livro “O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921” no ano de 1988, mas este trabalho é resultado de sua dissertação de mestrado que foi aprovada em 1983 pela Unicamp. Nesta obra, o recorte espaço-temporal vai de 1917 a 1921, no Rio de Janeiro e em São Paulo, os dois maiores centros urbanos e industriais do Brasil na época. É dividido em seis partes: “Introdução”, Capítulo I “Rio e São Paulo - Duas Cidades”, Capítulo II “Os trabalhadores nos anos de 1917 a 1919”, Capítulo III “As greves de 1920”, Capítulo IV “O final da conjuntura (1920-1921)” e a Conclusão “Uma brilhante utopia”. Seu objetivo é “aprofundar a descrição e a reflexão de uma intenção: o sonhar libertário” (CAMPOS, 1988, p. 11), o que a autora - situada em sua época, à década de 1980 - consegue cumprir.

Na obra, Campos (1988) vai construindo sua narrativa partindo das características culturais, econômicas, políticas e sociais do Rio de Janeiro e de São Paulo, a nível geral e específico, no modo de ser e agir do patronato, do Estado e do operariado, com uma breve análise do impacto da Primeira Guerra Mundial nestas duas cidades. Em seguida a autora apresenta a Greve Geral de Julho de 1917, a greve de março-abril dos têxteis de São Paulo e dos ferroviários da Leopoldina Railway Company Ltda. do Rio em 1920, a luta contra o preço abusivo dos alugueis e por melhores condições de moradia das Ligas do Inquilinato também em 1920, finalizando com uma análise do movimento dos marítimos e portuários do Rio de Janeiro, de 1920 e 1921. Este ano, 1921, marca, segundo a autora, o descenso do movimento operário, o final de conjuntura que marcou os limites do *sonhar libertário*.

Neste percurso várias outras questões são abordadas, tais como greves menores, paralisações, reivindicações, formas de organização sindical e patronal, a moradia operária, a posição da imprensa operária radical ou reformista e da imprensa burguesa liberal e/ou

conservadora, a repressão do Estado (inclusive de “milícias”, como conhecemos hoje)¹⁸, a organização patronal, enfim, diversos aspectos envolvidos no conflito Capital/Trabalho.

O trabalhador e a trabalhadora brasileira, segundo a autora, foram “provados pelos valores religiosos, pelo nacionalismo, pelo pragmatismo, o reformismo¹⁹, por uma política de corrupção que sustentava amarelos²⁰ e coronéis marítimos, pelo gerenciamento científico, etc.” (CAMPOS, 1988 p. 178), refletindo a capacidade da dominação se impor e não necessariamente limites teóricos, estratégicos ou táticos da *ideologia anarquista e sindicalista revolucionária*.

A autora diz que não teve a intenção de fazer uma exaltação do anarquismo, mas salientar que este foi o momento de constituição da classe operária no Brasil, na qual o anarquismo teve grande influência. O que fez essa classe ser objeto do historiador, segundo ela, foram suas ações e suas vontades que, mesmo com as tentativas de submetê-la, ousou desafiar a sociedade liberal-conservadora brasileira e se estabelecer enquanto classe.

2.1.1 Teoria e metodologia

Assentando suas bases teórico-metodológicas em Cornelius Castoriadis, Edward Palmer Thompson, Michel Foucault e Walter Benjamin²¹, a autora desenvolve uma visão não engessada sobre o movimento operário, não se limitando, de acordo com Castoriadis, às perspectivas marxista-leninista e estruturalista do que conhecemos como *política*. A formação de uma consciência coletiva através da experiência concreta, de uma *identidade* comum, é o que, utilizando-se Thompson, forja uma *consciência de classe*: a expressão destas experiências da classe trabalhadora em termos culturais (tradições, sistema de valores, ideias e formas institucionais) (CAMPOS, 1988). Esta experiência real se deu nas Ligas de Bairro, Ligas do Inquilinato, sindicatos, Comitês, greves, comícios, escolas, periódicos, centros de estudo e etc.

¹⁸ É o exemplo do José Maria do Vale, o Zé Maria, subdelegado do Cambucy que oferecia seus serviços a favor dos industriais para proteção contra greves, distúrbios e depredações (Ibid., p. 110).

¹⁹ Sindicatos que tinham como via de luta a institucionalidade burguesa pela atuação parlamentar, para a conquistas de reformas sem vislumbrar um horizonte revolucionário.

²⁰ Associações operárias com fortes ligações com o patronato e o Estado, lideradas por sindicalistas apoiados pelos patrões, com o objetivo de controlar a resistência operária.

²¹ Respectivamente: *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1982), *The making of the english working class* (1966), *Microfísica do Poder* (1979) e GAGNEBIN, *Walter Benjamin - Os Cacos da História* (1982).

Inseridos nas *relações de poder* - citando Foucault - que abarcam desde a vida cotidiana até a estrutura do Estado, se exercendo em *rede*, trabalhadoras e trabalhadores eram alvos - jamais passivos - da tentativa de controle da revolta, da introjeção de valores e pensamentos burgueses, do controle do tempo e do espaço, além da repressão aberta. Frente a cada situação, o poder “criador” das classes - Castoriadis novamente - se manifesta, dando uma diversidade de respostas a uma diversidade de situações; até mesmo diferentes respostas para uma mesma situação específica.

Esta base teórico-metodológica tem implicações na forma como todo o processo da produção historiográfica vai se desenvolver e a quais conclusões possivelmente se chegará. A autora sentiu um “horror” no estudo e na leitura da historiografia sobre o tema, que sempre ressaltava o que aquela classe trabalhadora *não possuía*, ou seja, tentava enquadrar a realidade dentro dos seus pressupostos teóricos e não o contrário, que seria utilizar-se da teoria para melhor compreender a realidade. O modelo de comportamento político padrão deveria ser o marxista-leninista, com a criação do “partido revolucionário” que participasse do processo político-eleitoral, “estabelecendo alianças com outras camadas sociais” (CAMPOS, 1988 p. 22) e, por isso, a classe operária seria malvista e considerada como fraca (devido ao seu tamanho reduzido, com uma grande quantidade de mulheres e crianças), mal conduzida por uma ideologia pequeno-burguesa.

Mas ao invés de somente apontar as falhas - ou que se considera como “falhas” - no conforto do presente, assim como pensava Walter Benjamin, o historiador deve dar um sentido diverso ao rótulo de vítima que o discurso do vencedor impõe aos vencidos, fazendo emergir estes sujeitos como sujeitos ativos circunscritos em sua própria época, limitados pelos fatos e pelo acaso. A história da classe trabalhadora é, em diversas ocasiões, marcada por derrotas. O historiador que não reconhecer que existem êxitos e derrotas dadas as possibilidades que se abriram durante a história, que se constrói no cotidiano, nas vidas reais, age, segundo a autora, de forma conveniente consigo mesmo e sua própria visão de mundo, mas acaba por cometer um historicídio, rebaixando determinado período da classe trabalhadora e elevando outros de acordo com princípios teóricos pré-estabelecidos; se “a medida for o êxito, porque estudar a história das classes dominadas?” (CAMPOS, 1988 p. 175).

Ao se transformar o fazer historiográfico em “meras análises críticas das orientações”, a historiografia tratava a história como um contínuo no qual a maturidade do movimento

operário - e o seu sucesso - se daria através de formas de organização sindical baseadas na luta político-institucional. O não reconhecimento das formas de organização distintas daquelas tidas como “modelo”, parte de um determinismo histórico nocivo de quem, a partir do presente, busca julgar o passado como se detivesse toda a verdade consigo; isso, segundo a autora, é “a morte da história” (Ibid., p. 180).

A autora procedeu com a leitura de uma vasta bibliografia e das fontes primárias, que são basicamente jornais como *A Plebe*, *O Combate*, *O Estado de São Paulo*, *Voz do Povo* entre outros, desde jornais conservadores e burgueses aos periódicos anarquistas e sindicalistas revolucionários, assim como revistas, boletins, mensagens, relatórios, recenseamentos e documentos como a Circular do Centro dos Industriais em Fiação e Tecelagem (CIFT) do estado de São Paulo (1922).

2.1.2 Debate historiográfico

Para a autora, para poder entender *classe* no seu sentido histórico e não como “algo dado a partir de alguma determinação objetiva” (CAMPOS, 1988 p. 178), deve-se privilegiar a diferença dos motivos e das ocasiões, sem querer igualar o que é desigual, analisando cada contexto de forma específica sem pressupostos já elaborados de antemão. Deve-se quebrar com a ideia de homogeneidade e fracasso presentes na historiografia, analisando o que nos restou das diversas marcas dos sonhos e intenções destes trabalhadores.

Parte da historiografia não levou em conta que, por trás da ideia de “classe operária” existe uma variedade de percepções de mundo e da exploração, devido ao fato de que existiram e ainda existem inúmeras formas de relação entre o Capital e o Trabalho. Sheldon Leslie Maram, em *Anarquistas, Imigrantes e Movimento operário*, de 1978, chega a dizer que a criação das Ligas Operárias de Bairro deu-se devido à inabilidade dos militantes em organizarem sindicatos, o que é refutado pela autora, que considera que o movimento talvez só tenha crescido devido justamente à estas ligas (Ibid., p. 46). Outra visão da historiografia, também desmentida pela autora, é a de que nenhuma *corrente* sindical - sindicalismo revolucionário, reformistas ou amarelos - teria colocado em xeque o sistema capitalista, algo facilmente desmentido pelas pesquisas.

Apesar de serem levados em conta diversos fatores que influenciaram no descenso do movimento, tais como a repressão, a composição e tamanho da classe e a estrutura industrial brasileira, parte da historiografia deu peso à liderança sindicalista revolucionária como um fator importante devido à “fragilidade” teórica, tática e estratégica do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, tais como Sheldon Leslie Maram e Boris Fausto (*Trabalho urbano e Conflito Social (1890-1920)*, de 1976). Para a autora, essa análise é uma clara forma de julgamento, feita a décadas de distância, que tenta rebaixar determinadas formas de ação política para justificar e legitimar outras (Ibid., pp. 111-112).

Forçosamente, a historiografia também tentou estabelecer relações entre trabalhadores da indústria privada e o anarquismo, formados principalmente por estrangeiros; e trabalhadores em transportes estatais e reformismo ou amarelismo com predominância de nacionais. Na realidade, os nacionais predominavam em quase todas as profissões existentes no Rio de Janeiro, com exceção do comércio onde a maioria era de origem portuguesa. Também é importante notar que entre os operários de transportes terrestres e aéreos, com maioria de estrangeiros, preponderava um sindicato basicamente reformista. Assim, segundo a autora, no estudo das orientações sindicais ficou nítido que “o reformismo nem é típico do trabalhador de origem nacional e nem de um setor econômico determinado” (Ibid., p. 160).

Ligia Silva, em *Movimento Sindical Operário na Primeira República* (1977), por exemplo, ao analisar o reformismo presente entre os marítimos, busca o porquê do anarcossindicalismo dos operários do setor industrial privado. Para ela o radicalismo era propício devido à fraqueza da burguesia industrial em dirigir a sociedade, ao contrário do Estado que assumiu a “questão operária” e investiu em uma política reformista. Para Campos (Ibid., pp. 163-164), esse discurso tem como pano de fundo a ideia de que apenas as classes dominantes e o Estado são agentes históricos. Na verdade, por mais que o Lloyd Brasileiro (empresa estatal do Rio de Janeiro transformada em sociedade anônima) possuísse formas sofisticadas de controle do movimento operário, exercendo grande influência no setor portuário, isso também é verdade para os industriais do CIFT, assim como para a América Fabril que criava associações amarelas para desmobilizar o setor radical e a Bangu que utilizava-se do gerenciamento científico da vida e até do lazer operário (Ibid., p. 165).

Por outro lado, a autora percebe na historiografia recente (lembrando que se tratava de meados da década de 80) uma superação dos limites do discurso oficial - que divulgava a ideia de um Estado “doador e mesmo antecipador da legislação trabalhista” (Ibid., p. 66) -,

trazendo à tona os sinais de protesto dos operários. A atualidade do movimento operário brasileiro, ou seja, sua conexão com os acontecimentos ao redor do mundo, também foi negada por muitos historiadores para defender uma suposta fragilidade na capacidade de organização do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, o que não é verdade, como verificou-se no capítulo 1.

Enfim, são muitas as contribuições trazidas pela autora no âmbito da análise historiográfica, da teoria e da reflexão histórica. Interpretar o período de forma a se esforçar em realmente conhecer o que se passava entre aquelas trabalhadoras e trabalhadores, levando em conta a complexidade das diversas questões econômicas, sociais, políticas e culturais, foi certamente uma valiosa contribuição para a historiografia do movimento operário na Primeira República. Ainda assim, a autora cometeu alguns equívocos histórico-conceituais.

2.1.3 Representação do sindicalismo revolucionário e do anarquismo na obra

Dentro do que a autora considera como “libertários”, estariam o anarquismo e o sindicalismo revolucionário. Os anarquistas organizavam-se “em ligas, comitês, alianças, grupos teatrais, grupos editoriais, escolas, jornais etc., tendo a propaganda, a palavra, como instrumentos”; já os sindicalistas revolucionários tinham como organização o sindicato e sua estrutura federativa. Os anarquistas, desta forma, atuavam nos diversos grupos e organizações que não compreendiam a organização sindical por local de trabalho, ou seja, era uma atuação extra-sindical, que se constituía fora do sindicato mas que, dependendo da corrente, poderia nele estar inserida com o objetivo de realizar a propaganda ideológica. Assim, a autora deixa claro que na prática “há grupos que adotam elementos das duas tradições segundo suas necessidades e com certa indiferença às distinções que prevaleciam em vários outros países na época” (Ibid., p. 15).

A conceitualização da autora parte da perspectiva de que o sindicalismo revolucionário e o anarquismo são *ideologias revolucionárias* que almejam o mesmo fim, a Anarquia, mas com meios diferentes, lutando “lado a lado, se mesclando, unindo esforços, confundindo o olhar do historiador” (Ibid., p. 42). A organização por local de moradia - como as Ligas de bairro -, por exemplo, é situada pela autora como estando entre o anarquismo e o sindicalismo

revolucionário, absorvendo características das duas ideologias, como já citado anteriormente. Este debate será retomado no capítulo 3.

O sindicalismo revolucionário é representado pela autora de quatro formas (como sinônimos): o termo propriamente dito, que é o mais utilizado; o *anarcossindicalismo*; o *sindicalismo libertário*; e o *sindicalismo de linha radical*. Mesmo que utilizássemos os conceitos sindicalismo revolucionário, sindicalismo libertário e sindicalismo de linha radical como sinônimos, excluindo-se o uso do anarcossindicalismo, ainda seria necessário fazer algumas pontuações, pois cada categoria agrupa noções distintas, por mais que estejam interligadas. Por exemplo, o termo sindicalismo libertário poderia agrupar tanto o sindicalismo revolucionário como o anarcossindicalismo por serem duas formas de organização sindical “anti-autoritárias”; aqui já encontramos um problema, que é o ponto de partida desta reflexão: igualar o sindicalismo revolucionário ao anarcossindicalismo, não respeitando o surgimento e o contexto histórico de cada um, seus usos conceituais e suas consequências práticas. Também o sindicalismo de linha radical é muito impreciso: um sindicato comunista poderia ser considerado um sindicato de *linha radical*, porém seria totalmente diferente de uma concepção sindicalista revolucionária (CAMPOS, 1988)

Ainda que as palavras “sindicalismo” e “revolucionário” também tenham um caráter genérico envolvendo qualquer sindicato que se assuma revolucionário, podendo ser anarquista ou comunista, o conceito *sindicalismo revolucionário* caracteriza uma corrente bastante específica do movimento internacional dos trabalhadores, trazendo em si um sentido global que difere das duas palavras isoladas, cada uma guardando um significado; se torna uma forma de visão de mundo, de organização sindical *de baixo para cima*, dotada de princípios e métodos que permanecem durante toda a sua história, através dos diversos períodos históricos, sempre remetidos ao período de seu surgimento, a AIT do século XIX e/ou remetidos à CGT francesa do início do século XX, de forma implícita ou explícita.

Ainda assim o termo anarcossindicalismo possui um respaldo mínimo no movimento operário da Primeira República, como é elucidativo o exemplo da Federação Operária Local de Santos. Mas a generalização do termo como característica hegemônica do período e seu uso como sinônimo ao sindicalismo revolucionário são equívocos que não condizem com a realidade brasileira. Ao descrever o combate dos “mais radicais” contra a “despolitização” sindical, a autora não demonstra claramente quais eram as perspectivas de atuação dos anarquistas ao nível sindical sendo estas reduzidas ao anarcossindicalismo, tido como

sinônimo de sindicalismo revolucionário. A única divisão feita é entre anarquistas e anarcossindicalistas, divisão ainda muito vaga e sem precisão teórico-histórica das diversas correntes anarquistas e suas respectivas estratégias para a emancipação social.

Mas, em uma passagem da obra, a autora diz que o sindicalismo revolucionário é uma *ramificação* do anarquismo (CAMPOS, 1988). Do ponto de vista teórico e histórico, observando-se as concepções e a atuação dos coletivistas na Internacional, pode-se dizer que não há problemas com esta afirmação. Mas essa afirmação possui uma ambiguidade: o sindicalismo revolucionário seria uma ramificação no sentido de ser um *ramo* do anarquismo ou de ter surgido a partir dele, ou seja, ter sido proposto e elaborado pelo anarquismo? Quanto à primeira questão sabemos que a resposta é negativa, o sindicalismo revolucionário possui certa independência da ideologia anarquista, abarcando ideologias distintas e diversas, por mais que seja bastante caro aos anarquistas e à sua atuação a nível de massas, sendo sua proposta estratégica; além disso, esta perspectiva dá respaldo para a utilização do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo como sinônimos. Já em relação à segunda questão pode-se perceber, como já foi demonstrado, que sim, o sindicalismo revolucionário é um modelo de organização sindical elaborado a partir das experiências coletivistas e da teorização de Mikhail Bakunin e dos aliancistas no seio da Internacional.

Enfim, Campos possui uma contribuição importante para a historiografia do anarquismo, do sindicalismo revolucionário, da Primeira República e do movimento operário, trazendo aportes teórico-metodológicos inovadores assim como a repetida utilização do conceito sindicalismo revolucionário, ainda que com as lacunas apontadas anteriormente.

2.2 A INSURREIÇÃO ANARQUISTA NO RIO DE JANEIRO

A obra de Carlos Augusto Addor “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro” de 1986 é dividida em 5 partes: “Introdução”, Capítulo I “O Brasil e a cidade do Rio de Janeiro (1900-1920)”, Capítulo II “Anarquismo e movimento operário no Brasil (1900-1920)”, Capítulo III “A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro” e “Considerações Finais”. O objetivo principal é apresentar a Insurreição Anarquista de 1918, bem como introduzir o pensamento libertário e o movimento anarquista no Rio de Janeiro da Primeira República.

Na obra, o autor analisa a historiografia sobre a Insurreição Anarquista de 1918; a influência da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa de Outubro de 1917 na *euforia revolucionária* em que viveu o Brasil durante a Primeira República; a relação entre a indústria

nascente e a predominante agricultura exportadora que dá ao Estado brasileiro, “ao mesmo tempo liberal e oligárquico, excludente e anti-socialista” (ADDOR, 1986, p. 90) sua ortodoxia liberal de livre-mercado e de não intervenção nos conflitos entre o Capital e o Trabalho; as condições de vida e moradia da classe trabalhadora no período, a reforma urbana no Rio de Janeiro, a gripe espanhola de 1918²², as greves e a insurreição propriamente dita, bem como seus *ecos* na sociedade, apresentando o relato do segundo-tenente infiltrado Jorge Elias Ajus (ADDOR, 1986), bastante importante como fonte histórica dos acontecimentos. Três greves trazidas pelo autor são importantes para a insurreição de 1918: a greve geral de 1917 em São Paulo e no Rio de Janeiro (que o autor considera como duas distintas) e a greve dos trabalhadores da Companhia Cantareira e Viação Fluminense em agosto de 1918.

2.2.1 Teoria e metodologia

O autor utiliza como bases teóricas para a compreensão dos conceitos de classe social e de anarquismo os autores Rudolf de Jong, E. P. Thompson, George Woodcock e Cornelius Castoriadis. Mas seu interesse pelo tema veio a partir da leitura da obra *Trabalho urbano e conflito social* (1976) de Boris Fausto, “que despertou o interesse para estudar o anarquismo e, particularmente, o movimento anarquista no Brasil, especialmente na Cidade do Rio de Janeiro” (ADDOR, op. cit., p. 20).

Através da leitura de Rudolf de Jong²³, o autor pôde perceber as relações entre o anarquismo e as periferias do capitalismo, tanto a nível internacional quanto no interior da própria classe trabalhadora em relação ao *lumpemproletariado*, desprezado pelo marxismo e valorizado na teoria anarquista (Ibid., p. 22). Ainda sobre o anarquismo, George Woodcock, em *Os Grandes escritos anarquistas* (1977), contribuiu para a obra com sua exposição sobre as distintas correntes anarquistas e sua conceitualização ampla de anarquismo, além de alguns dados históricos como a influência anarquista em alguns países, no movimento operário e no campo, quando o autor cita Ricardo Flores Magón (1873-1922) e Nestor Makhno (ADDOR, 1986).

²²“À guerra e à fome, que já devastavam, direta ou indiretamente, a classe trabalhadora, vêm se juntar, num quadro verdadeiramente apocalíptico, a peste e a morte...” (Ibid., p. 66)

²³*Algumas observações sobre a concepção literária de mudança social e revolucionária*(1979).

Fundamental, segundo o autor, foi a leitura de Cornelius Castoriadis, *A Experiência do movimento operário* (1985), “em especial suas críticas ao marxismo [...] quando este interpreta a atividade do proletariado em função de uma finalidade imanente, de uma suposta *missão histórica* (um mito, para Castoriadis): suprimir a sociedade de classe e construir a sociedade comunista”(ADDOR, 1986 p. 22), em um processo de tomada de consciência que transforma a “classe em si” em uma “classe para si”²⁴. Em E. P. Thompson²⁵, outro dissidente da ortodoxia marxista, pôde perceber a classe trabalhadora como um fenômeno histórico, como verificou-se com Campos (1988), enquanto “*formação social e cultural*” quando a consciência de classe é formada através das experiências em comum e da articulação de uma identidade de interesses (ADDOR, 1986).

O autor fez a leitura da historiografia sobre o período, bem como procedeu com a leitura e análise de periódicos burgueses e operários da época, fontes oficiais e relatórios - como por exemplo as resoluções dos congressos operários -, além das crônicas de Lima Barreto.

2.2.2 Debate historiográfico

Addor (1986 p. 7) considera que a Insurreição Anarquista de Novembro de 1918 vem merecendo pouca atenção dos historiadores e demais estudiosos do tema “movimento operário na Primeira República”, tratando-a de forma secundária. Outros tratam o anarquismo de forma preconceituosa. O autor mostra que Moniz Bandeira em *O Ano Vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*, de 1967, faz uma crítica ao anarquismo como uma liderança “limitada” do movimento operário e atribui, para além da repressão e da traição, o fracasso do levante à própria doutrina anarquista. Já Edgar Rodrigues em *Nacionalismo e cultura social (1913-1922)*, de 1972, não considera, ao contrário de Moniz Bandeira, que o fracasso da revolta foi devido à supostas “limitações inerentes à doutrina anarquista”, mas sim “à delação e à violenta e eficaz repressão desencadeada em seguida, malgrado a corajosa e solidária resistência dos trabalhadores” (Ibid., p. 9).

²⁴Para Silva (2017, p. 18), o paradigma anarquista estabelece a “classe por si”, a classe que “se realiza na sua condição de sujeito histórico a partir da sua ação coletiva de autoconstrução e auto-organização”.

²⁵*The making of the English working class* (1970).

Sheldon Leslie Maram, em sua obra *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*, escrita antes de 1976 e publicada no Brasil em 1979, considera a insurreição como um *putsch* anarquista (apud ADDOR, 1986, p. 10) no qual os militantes libertários teriam superestimado sua própria força, afirmando que eles deveriam ter fortalecido o movimento operário e ter desenvolvido “laços com elementos simpatizantes oriundos da classe média” (apud ADDOR, 1986, p. 176). Em relação à estas afirmações, Addor (Ibid., p. 11) considera que “nem os anarquistas foram os responsáveis pela repressão, nem os operários grevistas perderam a *simpatia* da opinião pública”, considerando que Maram “esquece, por um lado, o clima de euforia revolucionária vivido naqueles dias na Europa e no Brasil” e, “por outro lado, esquece também - ou pelo menos não revela o suficiente - o intenso trabalho de mobilização e organização sindical desenvolvido pela UOFT” anterior ao 18 de novembro.

Mas Maram tem uma importante contribuição:

Maram critica também a associação entre o grau de desenvolvimento do capitalismo e a maior ou menor influência do anarquismo, lembrando por exemplo a importância e a força do movimento anarquista entre o proletariado industrial de Barcelona, assim como o fato de que no Brasil são os militantes libertários os principais responsáveis pela organização dos trabalhadores das fábricas de tecidos - e a empresa têxtil constituía, na época, a forma mais acabada de produção fabril, a típica unidade de produção capitalista existente no Brasil” (ADDOR, 1986 pp. 89-90).

As obras de Leôncio Basbaum, *História sincera da República*, II vol (1976); Nelson Werneck Sodré, *História da imprensa no Brasil* (1977); e Eulália Maria Lahmeyer Lobo, *História do Rio de Janeiro* (1978), são obras que não foram escritas sobre o movimento operário, mas fizeram referências à Insurreição de 1918. Mas autores que escreveram especificamente sobre o movimento operário também citam apenas de passagem a insurreição: Herminio Linhares em *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil* (1977); Everardo Dias em *História das lutas sociais no Brasil* (1977); Octávio Brandão em *Combates e batalhas* (1978); e Maria Nazaré Ferreira em *A Imprensa operária no Brasil (1880-1920)* de 1978. Relatos sobre a Insurreição também podem ser encontrados em autores que se dedicaram ao estudo das ideias socialistas no Brasil, tais como Vamireh Chacon em *História das ideias socialistas no Brasil* (1965) e Gisálio Cerqueira Filho em *A Influência das ideias socialistas no pensamento político brasileiro (1890-1922)* de 1978 (ADDOR, 1986).

Francisco Foot Hardman em “Anarquistas e anarco-sindicalismo no Brasil” (1979) omite a Insurreição de 1918 e em outra obra em coautoria com Victor Leonardi, *História da*

indústria e do trabalho no Brasil (1982), afirma que a insurreição não “possuía nenhum respaldo por parte das massas populares”. Addor (1986) o rebate, dizendo:

Ora, o que não nos parece apropriado é afirmar que um movimento insurrecional articulado a uma greve que paralisa simultaneamente dezenas de fábricas e milhares de operários (têxteis, metalúrgicos e setores da construção civil) na Cidade do Rio de Janeiro e também em cidades circunvizinhas não tenha *nenhum respaldo por parte das massas populares*. Ao mesmo tempo, na medida em que essa articulação se realizou através de vários contatos entre as lideranças intelectuais do movimento - José Oiticica, Astrojildo Pereira, Manuel Campos e Agripino Nazaré, entre outros - e a diretoria da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (Manuel Castro, presidente, e Joaquim Moraes, secretário), desempenhando o sindicato têxtil um papel estratégico e relevante na deflagração do movimento, não nos parece também apropriado caracterizar a ação insurrecional de novembro de 1918 como tendo sido promovida por *outra corrente do movimento anarquista, além dos anarco-sindicalistas*; pelo contrário, ela nos parece uma ação característica do anarco-sindicalismo (ADDOR, 1986 p. 14-15).

Assim como Maram caracteriza a insurreição com um *putsch*, Edgar Carone em *A República Velha* de 1970, caracteriza-a como um “golpe” e em *Movimento operário no Brasil (1877-1944)* publicado em 1979 não há referência à insurreição (ADDOR, 1986). Esta categorização da insurreição é um exemplo de como diversos autores quiseram apagar ou desqualificar o levante, assumindo inclusive posturas reacionárias como Maram e Carone, ao considerar um levante popular enquanto “golpe” ou “*putsch*” como se fosse um movimento apartado das massas trabalhadoras.

Paulo Sérgio Pinheiro também não cita a insurreição em suas obras. Mas Addor discorda de uma afirmação de Pinheiro em *Política e trabalho no Brasil* (1975), quando este diz que o anarquismo tinha dificuldade em penetrar na massa operária; Addor (op. cit., pp. 16-17). aponta que “das três principais correntes ideológicas e organizatórias do movimento operário brasileiro, nas três primeiras décadas da República, a que mais atinge ou penetra a massa operária é precisamente a anarquista, especialmente a vertente anarco-sindicalista”.

A obra de Boris Fausto, *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*, é considerada por Addor (Ibid., p. 18) como o “melhor estudo sobre a história do movimento operário nas três primeiras décadas da República”. Como já foi citado, foi este autor quem incentivou Addor a pesquisar sobre o anarquismo no Brasil.

Por fim, o autor acredita que a historiografia assumiu a mesma posição dos “políticos situacionistas e oposicionistas, conservadores e liberais, ‘socialistas e reformadores’, nas instâncias federal e municipal, industriais organizados em seu sindicato patronal, jornais da grande imprensa, e mesmo jornais ‘operários e socialistas’, todos condenando com veemência

a insurreição de 18 de novembro e o anarquismo” (Ibid., p. 194), sendo que a insurreição foi “borrada praticamente da memória social” (Ibid., p. 204).

2.2.3 Representação do sindicalismo revolucionário e do anarquismo na obra

A insurreição de novembro de 1918 apresentada pelo autor seguiu a tradição sindicalista revolucionária da Internacional, tendo como seus maiores exemplos a Comuna de Paris e a Insurreição Espanhola de 1873, como se verificou no Capítulo I. Em linhas gerais, Addor (1986) caracteriza esta insurreição:

Na verdade, seu objetivo mais amplo era concretizar a utopia libertária, tornar realidade a desejada revolução social. Com base numa greve geral, pretendiam pela força das armas derrubar o governo constituído e, a exemplo da Rússia Soviética, formar uma junta de operários e soldados, abrindo caminho dessa forma à construção de uma sociedade sem classes e sem exploração, sem Estado e sem dominação (ADDOR, 1986 p. 165).

O autor considera a insurreição como típica do anarcossindicalismo. De fato, esta insurreição poderia ser sim liderada pelo anarcossindicalismo, mas é preciso deixar claro que a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) era uma organização sindicalista revolucionária. Foi ela que liderou a greve geral do dia 18 de novembro à qual somaram-se os metalúrgicos e os trabalhadores da construção civil (ADDOR, 1986).

Addor (1986 p. 77) não se preocupa em sua obra em tornar explícitas as diferenças entre as correntes anarquistas, “o anarquismo individualista, o mutualismo, o anarco-coletivismo, o anarco-comunismo, o anarco-sindicalismo, o anarquismo pacifista” mas sim caracterizar o pensamento anarquista em linhas gerais. Certamente, a leitura de George Woodcock fez o autor perceber as distintas correntes anarquistas, ainda que sua caracterização geral delas seja bastante equivocada quando se trata do anarquismo coletivista, por exemplo.

Ele afirma que “o individualismo presente no pensamento libertário se desdobra ou se traduz na concepção da *ação direta*: ‘a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores’” (Ibid., p. 78). A ligação entre *individualismo* e *ação direta* fica um tanto quanto confusa, pois a ação direta é eminentemente uma ação coletiva de classe, como se verificou no capítulo 1. Addor ainda resume assim a diferença entre o anarquismo e “formas radicais de democracia”: “esta propõe a soberania do povo, o governo popular, enquanto o

anarquismo propõe a soberania da pessoa, do indivíduo, e a inexistência de qualquer forma de governo”. Ora, isto é negar toda a tradição coletivista da AIT; ou a federação livre das comunas não é a “soberania do povo” e o “governo popular” - sendo “governo” entendido aqui como *autogoverno* de baixo para cima? O anarquismo é uma forma radical de democracia; uma democracia antiestatal e anticapitalista.

O autor repete a ideia equivocada de que o anarquismo “valoriza o *primitivo*, a vida em pequenas comunidades”. No geral, o autor apresenta uma visão “frouxa” de anarquismo, com a soberania total do indivíduo e a recusa em construir um modelo definitivo de vida social pois isto iria “cercear de forma autoritária a liberdade de escolha de gerações futuras” (Ibid., p. 80). Não queremos dizer com isso que não exista indivíduos que consideram-se *anarquistas* e que pensam desta maneira, mas sim que, seguindo a tradição histórica do anarquismo e do sindicalismo revolucionário aqui apresentada, pudemos perceber que o anarquismo constrói um modelo de sociedade e elabora os modos de atingi-la, através de um programa, uma estratégia e suas respectivas táticas.

Mas, apesar dessa conceitualização limitada de anarquismo, Addor aponta uma característica importante, a greve geral, “vista como momento anunciador da emancipação da humanidade, da derrubada final do capitalismo, da vitória da revolução social” (Ibid., p. 81), o que torna-se explícito através da greve de 18 de novembro de 1918 e a Insurreição Anarquista, o que, como já se observou, demonstra a atuação do sindicalismo revolucionário como organização de massas para a Revolução Social e a construção de uma sociedade baseada em princípios libertários. Também é acertado seu apontamento de que os anarquistas “não consideravam o lumpemproletariado enquanto uma força necessariamente ou mesmo tendencialmente reacionária” (Ibid., p. 79), pois a conceitualização de classe no anarquismo assume um caráter ampliado²⁶.

Addor (1986, p. 83) afirma que “até o começo da década de 20, a maioria dos sindicatos no México, na Argentina, no Brasil, no Chile e no Peru seguiam uma orientação anarco-sindicalista”, o que está, novamente, parcialmente correto. Como verifica-se com Walt (2016), na Argentina consolidou-se uma organização anarcossindicalista - a FORA-V - que influenciou a Federação Operária de Santos. Mas, no contexto brasileiro, a COB e a maioria dos sindicatos seguiam a orientação e a forma organizativa do sindicalismo revolucionário.

²⁶Em relação à teoria das classes sociais em Proudhon e Bakunin, Cf. “Capítulo VI: Organização e consciência de classe”, em Selmo Nascimento da Silva (2017), mais especificamente o ponto 6.2. “A autoconsciência da classe trabalhadora: a contribuição anarquista”.

Sobre o anarcossindicalismo, o autor diz que este:

[...] partilhando dos pressupostos e princípios gerais do pensamento anarquista, elege o sindicato não só como instrumento prioritário de luta, mas também o concebe como uma espécie de prefiguração da sociedade futura, na qual existiriam basicamente relações livres entre indivíduos soberanos; o anarco-sindicalismo brasileiro é predominantemente influenciado pelo sindicato revolucionário francês, que em 1895 transforma a *Fédération Nationale des Syndicats* na forte *Confédération Générale du Travail* (CGT) (Ibid., pp. 126-127, nota nº 18).

Já pudemos perceber que, na realidade, a CGT é a grande influência do sindicalismo revolucionário e que a grande influência do anarcossindicalismo no Brasil é a FORA-V da Argentina. Esta é a primeira vez em que o texto faz referência direta ao sindicalismo revolucionário, utilizando o termo “sindicato revolucionário francês”. Da mesma forma, o autor considera os congressos operários brasileiros e suas teses e resoluções como sendo “claramente a posição anarquista em relação ao movimento sindical”, tendo “um claro conteúdo anarco-sindicalista” (Ibid., pp. 92-93). E, logo em seguida, o autor repete exatamente os temas e resoluções do Primeiro Congresso de 1906, que o contradizem. Sobre este congresso o autor diz que:

Apesar de “a destruição do Estado e a construção da sociedade do futuro” realmente não terem sido discutidas nas resoluções do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, discordamos da afirmação de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael M. Hall de que “difícilmente se encontra algum traço do anarquismo nas resoluções do Congresso”, que seriam “muito mais sindicalistas que revolucionárias”. Parece-nos claro o caráter anarco-sindicalista das mais importantes resoluções aprovadas pelo Congresso: a recusa à ação política e consequente recusa à possibilidade de formação de um partido operário, a ênfase na ação direta, na luta econômica e na luta ideológica, a criação da Confederação Operária Brasileira, constituída em março de 1908, os princípios da soberania individual, da autonomia local e da federação informando a visão de militância e a própria organização sindical.” (Ibid., p. 105).

Afirmamos que o congresso foi e ao mesmo tempo não foi anarquista; foi sindicalista revolucionário e por isso influenciado pelo anarquismo, mas não estabeleceu o anarquismo como critério para ingresso na COB e sim a luta no terreno econômico e material pelo proletariado organizado de baixo para cima. Ao buscar se contrapor aos autores citados, Addor (1986) caiu no polo oposto: ao negar a afirmação de que não houve nenhum traço do anarquismo nos congressos, o autor acaba defendendo que sim, não só tinha traços do anarquismo como era de fato dominado por ele, através do anarcossindicalismo.

Analisando o Segundo Congresso, de 1913, Addor considera que o “teor geral das resoluções aprovadas é mais explicitamente anarco-sindicalista”, mas, no Tema 1 - “Sendo as aspirações das organizações operárias tendentes à transformação econômica e social, quais

devem ser os princípios da nova sociedade: os da propriedade privada e da autoridade ou os do socialismo anarquista?”, por mais que a pergunta seja bastante tendenciosa, como observa-se no capítulo 1, a resposta é que “repelindo a influência dissolvente da política” os trabalhadores devem dedicar-se “à obra de organização operária sindicalista, que, considerada dentro da ação operária, é o meio mais eficaz e mais poderoso para a conquista de melhoras imediatas de que necessita e para o fortalecimento da luta para a sua completa emancipação” (Ibid., pp. 108-109), como observou-se anteriormente.

Mais à frente, referindo-se à uma das discussões do Segundo Congresso, o autor cita o tema “Sobre a atitude dos sindicatos revolucionários em face da organização operária iniciada e auxiliada pelo clero católico (tema 19)” (ADDOR, 1986, p. 112), sendo a segunda vez em que aparece o termo “sindicato revolucionário”, neste caso algo dado pela própria fonte histórica, os temas e resoluções do congresso. Desta forma, o uso do termo anarcossindicalismo pelo autor está equivocado.

2.3 O MOVIMENTO ANARQUISTA EM SÃO PAULO (1906-1917)

A obra “O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)” publicada em 1982, de Sílvia Ingrid Lang Magnani é dividida em 6 partes: Capítulo I “Introdução”, Capítulo II “A Sociedade Republicana e o Anarquismo”, Capítulo III “A Teoria Anarquista”, Capítulo IV “Um Exemplo de Atuação Libertária: A Greve de 1907 em São Paulo”, Capítulo V “A Análise Libertária da Realidade Brasileira” e por último “Conclusão”. A obra tem como objeto de estudo a ideologia anarquista (nas vertentes anarco-comunista e “anarcossindicalista”) através de dois periódicos, respectivamente *La Battaglia* (1901-1911) e *A Terra Livre* (1905-1910).

A autora apresenta a sociedade republicana, sua economia agroexportadora baseada principalmente no café, a indústria incipiente, o Estado oligárquico e suas classes sociais. Analisa a greve de 1907 em São Paulo pelas 8 (oito) horas de trabalho diárias promovidas pelo I Congresso Operário Brasileiro e apresenta também as concepções dos anarquistas - anarco-comunistas e “anarcossindicalistas” - sobre o próprio anarquismo mas também sobre a sociedade em geral, particularmente sobre a sociedade brasileira da Primeira República. Elabora uma análise para além da relação anarquismo/imigração, buscando analisar principalmente a relação anarquismo/Estado republicano como eixo de justificação, se assim

pode-se dizer, para a importância do anarquismo no movimento operário, em um período no qual o Estado e o anarquismo negavam-se reciprocamente.

2.3.1 Teoria e metodologia

A autora não desenvolve nenhuma perspectiva teórico-metodológica definida. Ela elabora uma análise da historiografia escrita até então - meados da década de 1980 - para apontar lacunas e inserir-se na “linha de reavaliação do período republicano e de aprofundamento do conhecimento operário em geral” (MAGNANI, 1982), criticando os preconceitos oriundos da historiografia oficial, tais como a ênfase no caráter estrangeiro do anarquismo e de seus militantes, seu confinamento à pequenos grupos e sua incapacidade de atingir o trabalhador nacional. A obra desloca o foco da análise sobre o anarquismo da relação anarquismo/imigração para anarquismo/sociedade republicana, que envolve suas relações com as classes sociais, com a política e com a economia, rompendo também com a visão teleológica de que o amadurecimento do movimento operário viria através do marxismo-leninismo. Mas, ainda assim, a autora mantém a concepção de que o anarquismo e o movimento operário no período em questão eram representativos da debilidade do “primeiro movimento operário” (Ibid., pp. 33-34).

Para formular sua concepção de anarquismo, a autora leu Henri Arvon, György Lukács e Daniel Guérin²⁷, bem como os jornais anarquistas da época. Magnani analisou basicamente o periódico *La Battaglia* (1901-1911) representante dos anarco-comunistas e *A Terra Livre* (1905-1910), representante das posições anarcossindicalistas (segundo a autora), além de outros periódicos como o *Comércio de São Paulo* (maio-junho de 1907), *Correio Paulistano* (maio-junho de 1907), *Avanti!* (maio de 1907) e *A Lucta Proletária* (1908). Procedeu também com a leitura da bibliografia disponível sobre o período.

2.3.2 Debate historiográfico

Para Magnani (1982 p. 13), o estudo do movimento operário brasileiro e do anarquismo havia sido esquecido pelos intelectuais, principalmente os alinhados à linha

²⁷ Respectivamente *L'Anarchisme* (1974), *La crisis del Sindicalismo en Italia* (1973) e *El Anarquismo* (1973).

interpretativa oficial e conservadora, “que não admitia a existência de conflitos sociais profundos no país (ou procurava minimizá-los) e não admitia a possibilidade de interferência da classe operária no desenvolvimento histórico da nação”. Os autores vinculados ao trabalhismo oficial analisaram o governo Vargas e suas medidas, a partir de 1930, ressaltando seu caráter inovador e o alcance social da legislação, negando a existência das lutas sociais e tentando apagar a memória política das classes trabalhadoras, ignorando o período da Primeira República (MAGNANI, 1982).

Estes historiadores oficiais (ou oficializantes) dedicaram pouca ou nenhuma atenção para os problemas sociais, dedicando-se a escrever crônicas dos acontecimentos políticos, tais como José Maria Bello e Pedro Calmon²⁸. Assim, a história do movimento operário foi durante bastante tempo ausente das preocupações dos estudiosos do Brasil e coube aos militantes operários ou autores próximos à classe fazer os estudos iniciais da história do movimento operário (MAGNANI, 1982).

Nas décadas de 1950 e 1960, militantes produziram obras para debater de forma ampla os problemas enfrentados pelo movimento operário, a nível partidário e sindical. Segundo Magnani (Ibid., p. 19) os principais autores foram Jover Telles, Astrojildo Pereira, Hermínio Linhares e Hércules Corrêa dos Reis,²⁹ que possuem posições semelhantes em relação ao anarquismo: uma ideologia pequeno-burguesa, incapaz de organizar e mobilizar permanentemente o proletariado que possuía uma origem camponesa e artesanal, em um país semi-feudal, no qual a presença de um socialismo reformista frouxo favorecia a ação anarquista (MAGNANI, 1982). Para a autora, esta análise superou a análise conservadora da “planta exótica” e do reducionismo da análise dos conflitos de classe através das ciências jurídicas (regulamentação legal), trazendo visibilidade para a história da classe trabalhadora através de uma perspectiva política e social. Mas também apresentou generalizações e esquematizações “em virtude de o anarquismo não se constituir em foco principal de suas preocupações, como também de haver escassa documentação então disponível (aliás foram eles que divulgaram, pela primeira vez, documentos do período)”. Assim, a autora diz que:

Portanto, estas análises adotaram (por vezes implicitamente) um modelo de desenvolvimento do movimento operário, o “curso histórico normal”, onde o anarquismo surge como um desvio (ou um erro sectário), embora não se constituísse em um fato inexplicável; o desvio (erro) seria superado em 1922, com a fundação do

²⁸ Respectivamente *História da República* (1969) e *História do Brasil: A República* (1956).

²⁹ Respectivamente *O Movimento Sindical no Brasil* (1962), *A Formação do PCB - 1922-1928* (1962), *Contribuição à História das Lutas Sociais no Brasil* (1977) e *Fatos do Movimento Operário Brasileiro* (1961).

PC, fruto do amadurecimento político da classe trabalhadora, no decorrer dos anos 1917/1921 e da influência da Revolução Russa vitoriosa (MAGNANI, 1982 p. 20).

Pode-se perceber que estes militantes exerceram alguma influência na historiografia das décadas seguintes. Mas, contrapondo-se à estes autores, antigos militantes libertários ainda anarquistas publicaram suas memórias, também na década de 1960, como Edgard Leuenroth e Edgar Rodrigues³⁰. Estes autores “vêm as primeiras lutas operárias contra o capital como a fase áurea da história do movimento operário, dada a influência do anarquismo, a única ideologia verdadeiramente operária, já que traduziria fielmente os reais anseios de todos os oprimidos” (Ibid., p. 21).

Os estudos acadêmicos relacionados ao sindicalismo e, secundariamente, ao anarquismo, começaram a ser elaborados na mesma década, tendo como ponto de partida para a análise e como marco histórico a Era Vargas para diferenciar o período anterior e pós-1930 - como fez Leôncio Martins Rodrigues³¹ -, bem como associar o anarquismo com o movimento imigratório de fins do século XIX e meados do século XX, como fizeram Fernando Henrique Cardoso e José Albertino Rodrigues.³² Mas, enquanto Cardoso aponta que o anarquismo foi restrito a pequenos grupos de operários, que tentaram introjetar mecanicamente uma ideologia europeia no contexto brasileiro, caracterizados pela debilidade e desorganização, Rodrigues considera que, na verdade, o anarquismo foi fundamental na organização da classe, sobretudo na formação dos sindicatos, tendo a liderança anarquista forte presença na classe operária

Após esta primeira linha interpretativa que tinha a relação imigração-anarquismo como ponto central, uma segunda linha interpretativa buscou romper com essa exclusividade, trazendo o fator político-econômico (política restritiva e repressiva do Estado, economia agroexportadora e industrialização incipiente) como importante para a compreensão do anarquismo no Brasil, como fizeram Azis Simão e Octávio Ianni³³. Também fez-se uma relação entre indústria dispersa e de pequeno porte ao anarquismo e seu modelo sindical descentralizado e pluralista (MAGNANI, 1982).

³⁰Respectivamente *Anarquismo - Roteiro da Libertação Social* (1963) e *Socialismo e Sindicalismo no Brasil - 1675-1913* (1969), *Nacionalismo e Cultura social* (1972), *Trabalho e Conflito. Pesquisa (1906-1937)* (sem data).

³¹*Sindicalismo e Sociedade* (1968).

³² Respectivamente *Situação e Comportamento Social do Proletariado* (1972) e *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil* (1968).

³³ Respectivamente *Sindicato e Estado* (1966) e *Condições Constitucionais do Comportamento Político Operário* (1962).

Outra vertente historiográfica foram os brasilianistas, conforme aponta Magnani (1982 pp. 29-30), como John Dulles, para quem o anarquismo, “em última análise, reduzir-se-ia a um acontecimento insólito e curioso, somente inteligível se atribuído ao desejo, ao sonho pessoal dos bravos militantes”, e Sheldon Leslie Maram e Michael Hall³⁴, que deram ênfase na relação imigração-anarquismo, analisando-a em conjunto com a perspectiva política oligárquica repressiva da Primeira República, fator importante, segundo estes autores, para a debilidade do movimento operário, que não possuía canais oficiais de atuação e portanto seria liderado pelo anarquismo - considerado igualmente débil (MAGNANI, 1982).

Em trabalhos mais recentes à autora, que escreve no início da década de 1980, procurou-se aprofundar as reflexões sobre o movimento operário da Primeira República, integrando-o à história geral do período³⁵. Superando a historiografia oficial e a interpretação estadonovista, reconheceram a existência dos conflitos sociais e colocaram a classe trabalhadora como sujeito dos processos históricos. Mas, mesmo assim, buscaram apontar, como outros autores também apontaram - incluindo Magnani -, a debilidade do movimento operário liderado pelo anarquismo. Paulo Sérgio Pinheiro, Lígia Silva e Boris Fausto³⁶ “relacionaram a introdução da ideologia anarquista no Brasil à origem sul-europeia do operariado” - sua origem estrangeira, portanto -, ao estágio incipiente de industrialização “que permitia a presença de um grande número de pequenas oficinas” e ao padrão oligárquico brasileiro que influenciaram na debilidade do movimento operário, além do próprio anarquismo, débil por natureza (Ibid., pp. 32-34).

Assim, mesmo avançando em alguns aspectos, como por exemplo criticando a visão de que o anarquismo seria próprio da pequena-burguesia ou de “artesãos transmutados em vendedores de força de trabalho” (Ibid., pp. 51-52) e de que o anarquismo era uma ideologia própria de estrangeiros, a autora ainda ecoa certos preconceitos referentes ao anarquismo que veremos no tópico a seguir.

2.3.3 Representação do sindicalismo revolucionário e do anarquismo na obra

³⁴Respectivamente *Anarchists and Communists in Brazil, 1900-1935* (1973), *Anarchists, Immigrants and the Brazilian Labor Movement 1890-1920* (1974) e *Imigração e Classe Operária em São Paulo* (sem data).

³⁵ Como fez Edgar Carone em *A Primeira República - 1889-1930 (Texto e Contexto)* (1973).

³⁶Respectivamente: *La fin de la Première République au Brésil: Crise Politique et Revolution* (1971), *Movimento Sindical Operário na Primeira República* (1977) e *Trabalho Urbano e Conflito Social* (1976).

A autora utiliza a noção de “anarquismo-libertário” para caracterizar a “doutrina formulada a partir de meados do século XIX, que se insere no conjunto das ideias socialistas que se originaram das contradições inerentes à sociedade capitalista” (Ibid., p. 56), que dividiu-se em duas tendências básicas: “o anarco-comunismo e o anarco-sindicalismo (ou sindicalismo revolucionário)” (Ibid., p. 58). Nota-se que a autora utiliza o termo sindicalismo revolucionário como sinônimo de anarcossindicalismo, assim como Cristina Hebling Campos, embora não com a mesma frequência. Por usar esta concepção de anarquismo - elaborado no contexto da sociedade capitalista europeia do século XIX -, a autora evita utilizar a percepção kropotkiniana que percebia o anarquismo como natural, universal e a-histórico, possuindo uma visão linear da história da humanidade (Ibid., pp. 55 e 65).

Para ela, existia uma divergência entre a perspectiva anarcossindicalista da construção de uma “sociedade anárquico-sindical de produtores” e a perspectiva anarco-comunista de “comunas de livre associação” (Ibid., p. 58), divergência que aponta para discussões estabelecidas pelo próprio anarquismo brasileiro, apresentadas no capítulo 1. Observou-se que Neno Vasco baseava sua concepção de sociedade e ação sindical tanto em Bakunin e na Internacional quanto em anarco-comunistas como Errico Malatesta. Esta divisão entre sociedade de produtores e comunas livres não pode ser feita sem se renegar toda a história dos aliancistas e coletivistas na AIT, algo que foi feito por alguns grupos anarco-comunistas brasileiros. As diversas correntes anarco-comunistas e anarcossindicalistas estariam inseridas, segundo a autora, dentro do “libertarismo”.

As designações de “sindicato revolucionário”, “sindicato de resistência” e sindicalismo revolucionário apontam que a autora utilizou-se de conceitos corretos, ainda que como sinônimos de anarcossindicalismo, principal termo utilizado em sua obra. O sindicalismo revolucionário é apontado como um sindicalismo de minorias militantes (Ibid., pp. 24 e 108), em referência à “vanguarda” anarquista atuante dentro dos sindicatos, as “minorias conscientes” (Ibid., p. 58), percepção correta em relação à atuação anarquista nos sindicatos através da minoria ativa no sindicalismo revolucionário, mas ao mesmo tempo uma concepção que dá a impressão de que o sindicato era formado por apenas minorias militantes, excluindo-se as massas que deles participavam, portanto um termo que pode causar enganos.

Mesmo após citar a resolução do 1º Congresso Operário Brasileiro, que dizia que os operários deveriam “pôr fora do sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam da adoção pela associação de resistência de uma doutrina política

ou religiosa, ou de programa eleitoral” a autora ainda os considera anarcossindicalistas (Ibid., p. 98) e ainda considera que este foi o marco inicial do predomínio do anarcossindicalismo no Brasil (Ibid., p. 112). Esta corrente teve seu pensamento, segundo a autora, veiculado por diversos jornais (a maioria com pequena duração), “entre eles o semanário *A Terra Livre* (TL), publicado em São Paulo e Rio, entre 1906 e 1911” (Ibid., p. 87). O jornal *A Voz do Trabalhador* não foi utilizado pela autora, jornal que pode ser considerado o maior periódico sindicalista revolucionário da época, por ser órgão oficial da COB.

Para a autora, o anarcossindicalismo tinha um caráter utópico por privilegiar o fator da consciência, o voluntarismo, para se alcançar a revolução emancipadora, além de não reconhecer a luta política - entendida como disputa parlamentar. O “anarquismo libertário” seria marcado pela “impaciência revolucionária”, baseando-se apenas na consciência coletiva da classe e não nas condições objetivas e múltiplas determinações do contexto histórico e desenvolvimento do capitalismo (Ibid., p. 108). De fato, algumas correntes poderiam se encaixar nesta categorização; mas outras correntes anarquistas e sindicais provavelmente não. Portanto faltou à autora distinguir cada corrente e suas respectivas atuações sindicais, para que não fosse cometida esta generalização. Ela diz que:

Portanto, a utopia anarquista não foi o desejo de volta ao passado comunal, mas a crença de que a revolução está prestes a eclodir, a crença de que a sociedade libertária será instalada tão logo seja abolida a propriedade privada e destruído o Estado, eliminando-se como que num passe de mágica todos os conflitos sociais e todas as resistências e oposições dos elementos ligados ao regime capitalista (MAGNANI, 1982 p. 109).

Além disso, o fato de que o anarquismo não busca inserir-se nas instituições do Estado burguês e que recusa fazer alianças com outras classes sociais (como a pequena-burguesia) são fatores de debilidade desta ideologia para a autora, que seria superada pela organização e fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922, liderada pelo ex-militante libertário Astrojildo Pereira. A adoção do anarquismo pelo movimento operário, para a autora, foi fruto de seu isolamento político no período (Ibid., p. 49), ou seja, na sua perspectiva o anarquismo só poderia ser adotado logicamente como ideologia-guia do movimento dos trabalhadores quando o Estado fosse altamente excludente, sem dar margem à qualquer participação dos operários na política institucional. Nesta visão há a noção de que as ações do Estado e do Capital determinam, de certa forma, o movimento político, cultural e social dos trabalhadores, não tendo em vista que a presença de determinada ideologia dentro da classe trabalhadora é fruto de uma disputa ideológica nesta classe, que claro, leva em consideração o

Estado, o Capital e os diversos fatores que atuam na realidade social, mas que não é determinado por apenas um destes fatores. Se fosse o caso, não existiria anarquismo em sociedades ditas “democráticas” na qual existem inúmeros partidos “dos trabalhadores”.

Além disso, algumas afirmações carecem de qualquer tipo de verificação histórico-científica da realidade, como por exemplo a afirmação de que:

A luta política não se desenrolaria diuturnamente, mas somente nos momentos de aberta intervenção do Estado a favor dos interesses do capital, ou no momento em que o Estado impedisse o livre funcionamento das associações profissionais, como recomendava o Congresso de 1906, “luta pelos direitos políticos da associação econômica”, que são os direitos constitucionais de livre associação, palavra e reunião, estabelecidos através do Estado e por ele garantidos: assim, não obstante a intensa fraseologia de repúdio à política, a luta política (no sentido de luta dos interesses do operariado através ou perante canais estatais) se infiltrava sorrateiramente, de maneira quase espúria, no discurso anarco-sindicalista, abrindo um espaço para o posterior relacionamento do sindicato e do Estado, que ocorreu a partir de 1930 (também a atuação dos sindicatos amarelos foi um precedente da política sindical da era de Vargas) (MAGNANI, 1982 pp. 99-100).

Nesta perspectiva, o anarcossindicalismo seria hipócrita pois, apesar de sua “fraseologia” de combate à política institucional, combatia o Estado “apenas” quando este agia em favor dos capitalistas (ou seja, em se tratando da Primeira República, quase sempre), ou quando este atacava e destruía suas organizações de classe, ocasiões nas quais, em defesa destas, eram invocados os princípios de livre associação, palavra e reunião. Desta forma, por exigir garantias de direitos que seriam importantes para o desenvolvimento da luta sindical e revolucionária, o anarcossindicalismo teria aberto um espaço para a política de conciliação de classes e para a organização sindical burocrática, não obstante os embates dos sindicalistas revolucionários da época com os sindicatos reformistas, as cooperativas, os sindicatos amarelos, além da mobilização de greves parciais e gerais, sabotagens e até uma tentativa de insurreição. A questão dos sindicatos amarelos é colocada em posição secundária em relação à afirmação dada, como se o anarcossindicalismo (leia-se sindicalismo revolucionário) fosse o maior culpado pelo sindicalismo varguista.

Por fim, o anarquismo, apesar do exposto acima, teria sido útil aos trabalhadores, com a ênfase dada nas condições políticas e sociais da Primeira República:

A direção da batalha em prol da extensão (ou obtenção) dos direitos individuais, civis e sociais ao operário foi, sem dúvida, a principal contribuição dos anarquistas ao movimento operário brasileiro e à história da Primeira República. E a necessidade de empreender estas batalhas não foi indicada por um ideário político alienígena (importado mecanicamente), mas antes foi determinada pelas condições sócio-políticas vigentes nas primeiras décadas do século (MAGNANI, 1982 p. 185).

CAPÍTULO III: ANÁLISE COMPARADA DAS OBRAS E DEBATE HISTORIOGRÁFICO RECENTE

Nesta parte final do trabalho faremos uma análise comparada das obras analisadas no capítulo 2 e apresentaremos a historiografia mais recente sobre o tema (1990-2010) com o intuito de ampliar o debate historiográfico, apontando as lacunas e as contribuições de cada uma para a historiografia, não somente do sindicalismo revolucionário e do anarquismo, mas também do movimento operário, semelhante ao que foi feito em relação às obras da década de 1980.

Apontaremos a importância da diferenciação entre *ideologia* e *estratégia*, conceitualização importante que estava ausente de grande parte da historiografia, tanto da década de 1980 quanto posteriores. Neste capítulo é analisado sobretudo a visão que estes diversos autores e autoras tiveram sobre a relação anarquismo/sindicalismo revolucionário/anarcossindicalismo, bem como outras questões de caráter histórico e conceitual.

Ao ampliar o debate historiográfico, buscamos concluir o trabalho apresentando uma sequência de posicionamentos de forma a estabelecer certa cronologia que apresente as questões que foram colocadas em cada período, suas rupturas e permanências, contribuindo como uma introdução em relação ao tema através das obras produzidas.

3.1 APONTAMENTOS SOBRE A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1980

De um modo geral, os autores apresentam uma superação de equívocos da historiografia que os precederam, buscando solucionar problemas como o foco na relação anarquismo/imigração, a relação entre anarquismo e setor privado, a pouca importância dada à Insurreição Anarquista de 1918 pela historiografia, entre outros, sendo que Addor (1986) e Campos (1988) rompem especificamente com a perspectiva que qualificava o anarquismo como uma ideologia débil e incapaz. Seus pressupostos teóricos têm como base os autores Cornelius Castoriadis e E. P. Thompson, o que pode ter sido um fato que fez com que o

preconceito em relação ao anarquismo fosse superado, enquanto que Magnani ainda o mantém.

A obra de Campos (1988) se destaca, pois além de utilizar um ferramental teórico inovador para a produção historiográfica, a autora é a que mais coloca em evidência o termo sindicalismo revolucionário, ainda que com os equívocos já apontados. Já Addor utiliza apenas o termo anarcossindicalismo para caracterizar o movimento operário do período, com uma única referência aos sindicatos revolucionários da França em uma nota de rodapé. Ao fazer isso, o autor realiza uma opção ideológica, pois sua obra é de 1986, tendo em suas referências bibliográficas autores como Pinheiro e Hall (1979) que apontam para o uso dos dois termos. Mas neste período, como pudemos observar, não se fazia a distinção entre um modelo e outro, sendo utilizados como sinônimos. Portanto, ao proceder desta forma, o autor provavelmente quis enfatizar a presença anarquista nos sindicatos.

Os autores utilizaram praticamente os mesmos tipos de fonte histórica: relatórios, documentos oficiais e, sobretudo, jornais, que apresentam “uma imprensa destinada a informar e a conscientizar a classe trabalhadora”, devendo ser entendida como “mais do que mero registro do movimento operário, pois o seu discurso tem elementos fundamentais para a compreensão da trajetória do movimento operário no momento de sua organização” (MARQUES, 2013 p. 12; p. 16).

Um debate fundamental que deve ser feito aqui é em relação à falta de concepção teórica presente nas obras em relação aos conceitos de *ideologia* e *estratégia*. Pudemos perceber que os autores falham em compreender a diferença entre estes conceitos, ou melhor, não realizam este debate:

Por muitas vezes não fazer esta distinção entre o que constitui a ideologia – conjunto de idéias e valores expressos em princípios político-ideológicos – e a estratégia – a escolha dos meios mais adequados para se atingir determinados fins – acreditamos que muitos autores terminaram misturando anarquismo, sindicalismo e se perdendo na hora de tentar entender e analisar ambos (CORRÊA, 2010 p. 2).

Esta distinção é importante para que o sindicalismo revolucionário não seja compreendido enquanto uma ideologia, mas sim enquanto um movimento de massas que ocupa uma posição estratégica no anarquismo para a concretização de seus objetivos. Foi essa “mistura” que confundiu os autores, que não conseguiram - ou não tentaram - fazer esta distinção.

A diferença entre as correntes anarquistas (anarco-comunistas kropotkinianos e malatestianos e coletivistas) é algo que provavelmente não estava disponível para amplo

conhecimento na época dos autores como está hoje, devido às inúmeras pesquisas sobre o tema que têm sido publicadas desde a década de 1980. Estas informações são importantes porque entre as diversas concepções anarquistas existem divergências sobre questões como “organização, movimentos populares, reformas, melhor maneira de difusão do anarquismo e forma de aplicação da violência revolucionária” (CORRÊA, 2010 p. 15).

Apontadas estas questões, analisaremos agora como a historiografia recente - de fins da década de 1990 até a década de 2010 - observou estes problemas, reproduzindo alguns equívocos e superando outros.

3.2 DEBATE HISTORIOGRÁFICO BRASILEIRO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS (1990-2010)

O autor Bonomo (2016) fez um apanhado geral da historiografia brasileira do movimento operário na Primeira República até 2007 - data da finalização de sua dissertação de mestrado³⁷. Para ele, Giuseppina Sferra³⁸ fez algo similar à Silvia Magnani, quando analisou os jornais *La Battaglia* e *A Terra Livre*, representantes dos anarco-comunistas e anarcossindicalistas, respectivamente, não utilizando o termo sindicalismo revolucionário. Lucia Silva Parra fez o mesmo que Magnani e Campos, equiparando os dois termos, utilizando-os como sinônimos³⁹. Rogério Nascimento, Ricardo Antunes, Boris Fausto, Edgar Rodrigues, Carlos Augusto Addor, Paulo Alves e Raquel de Azevedo⁴⁰ caracterizaram a atuação sindical anarquista no Brasil como anarcossindicalismo (BONOMO, 2016).

Portanto,

Essa amostra já nos possibilita perceber o quase consenso existente na historiografia brasileira sobre o termo utilizado para a caracterização dos anarquistas que atuavam nos sindicatos. Podemos acrescentar, sumariamente, uma lista que ainda que incompleta nos fornece uma dimensão mais clara do problema. Os autores que se referem ao anarco-sindicalismo, entre outros e os já citados, são: Carlos Bauer, Edgar Carone, Osvaldo Coggiola, Jaime Cubero, Maria Aparecida Guzzo De Decca,

³⁷ Segundo o autor, “de lá pra cá a produção aumentou e novos estudos com melhor embasamento foram realizados” (BONOMO, op. cit., p. 139, nota de rodapé nº 220).

³⁸ *Anarquismo e Anarcossindicalismo* (1987).

³⁹ *Combates pela Liberdade - O movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)* (2003).

⁴⁰ Respectivamente: *Florentino de Carvalho - Pensamento Social de Um Anarquista* (2000); *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil - Da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora* (1982); *Trabalho Urbano e Conflito Social* (1977), já citado; *Os Libertários* (1993), já citado; *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro* (2002), analisada nesta monografia na sua primeira edição de 1986; *Anarquismo, Movimento Operário e O Estado: Suas Relações No Contexto Capitalista Da Primeira República (1906-1922)* (1981); e *A Resistência Anarquista: Uma questão de identidade (1927-1937)* (2002).

Everardo Dias, Pedro Roberto Ferreira, Francisco Foot Hardman, Victor Leonardi, Yara Maria Aun Khoury, Hermínio Linhares, Sílvia Ingrid Lang Magnani, Sheldon Leslie Maram, Oscar Farinha Neto, Paulo Sérgio Pinheiro, Leôncio Martins Rodrigues, Zélia Lopes da Silva, Azis Simão, Michel Zaidan entre outros⁴¹ (BONOMO, 2016 p. 100).

Christina Roquette Lopreato⁴² e Edilene Toledo⁴³ rompem com esta historiografia. Lopreato preferiu utilizar o termo “anarquistas sindicalistas” para poder caracterizar os anarquistas partidários da ação sindical como meio para se alcançar a revolução social, justificando-a pela “necessidade de se proceder a uma pesquisa mais acurada para se determinar correção da utilização ou não da expressão anarco-sindicalismo” (apud BONOMO, 2016, p. 101). Toledo faz um caminho inverso, busca inserir no sindicalismo revolucionário uma determinada tradição marxista, “procedendo-se a uma suposta contraposição entre o anarquista em teoria, mas sindicalista revolucionário na prática” (Ibid., p. 102). Desta forma tenta separar o sindicalismo revolucionário da história do anarquismo.

João Carlos Marques (op. cit., p. 56), citando Felipe Corrêa, aponta que para este autor o “sindicalismo revolucionário não é uma corrente autônoma, mas uma estratégia do anarquismo”, e que a confusão elaborada pela historiografia brasileira seria causada pela atuação do próprio movimento operário brasileiro, que tinha “divergências sobre o caminho a percorrer e os meios para colocar em prática as teorias libertárias”. O autor aponta que, na perspectiva de Edilene Toledo, os congressos operários seriam “mais sindicalistas do que propriamente anarquistas”, sendo que do “anarquismo não se encontra nada”, posição defendida também por Pinheiro e Hall (Ibid., p. 62), que pode ser encontrada na coleção fac-similar de *A Voz do Trabalhador*, no prefácio (CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, 1985) e em sua obra conjunta (PINHEIRO; HALL, 2013).

Por ter como referência uma concepção restrita de anarquismo, a autora acaba afirmando que enquanto os anarquistas queriam construir uma “federação de indivíduos”, os sindicalistas revolucionários buscavam uma “federação de sindicatos” e que enquanto os

⁴¹ Alguns destes autores já foram citados nesta monografia pelas obras analisadas da década de 1980. Portanto colocaremos aqui as obras dos autores não citados e apresentados por Bonomo: BAUER, *Contribuição para a História dos Trabalhadores Brasileiros: O Despertar Libertário* (1994); COGGIOLA, *Historiografia do Movimento Operário Latino-Americano* (1995); CUBERO, *El Movimiento Obrero y las Ideas Libertarias* (1988); DECCA, *A Vida Operária fora das Fábricas; cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)* (1987); FERREIRA, *O conceito de Revolução da esquerda brasileira* (1993); KHOURY, *Edgard Leuenroth: uma Voz Libertária* (1988); FARINHA NETO, *Atuação Libertária no Brasil - A Federação Anarco-sindicalista* (2001); SILVA, *A Domesticação dos Trabalhadores nos Anos 30* (1990); VIANNA, *Liberalismo e Sindicato no Brasil* (1976) e ZAIDAN, *Origens do Sindicalismo Burocrático no Brasil: 1923-1926* (1984).

⁴² *O Espírito da Revolta: a Greve Geral Anarquista de 1917* (2000).

⁴³ *Travessias Revolucionárias* (2004).

anarquistas viam no sindicato um reformismo nocivo, para os sindicalistas revolucionários “as vantagens obtidas pelos trabalhadores eram a preparação da sua emancipação” (apud MARQUES, op. cit., p. 64). Novamente, ao resgatar a história do anarquismo bakuninista na AIT e do anarco-comunismo malatestiano, pode-se perceber que, se esta caracterização de anarquismo aplica-se à algumas correntes, ela é rechaçada por outras, não servindo como base para que se possa emitir esta afirmação generalizante. Cláudio Batalha concorda com Edilene Toledo, apresentando o sindicalismo revolucionário como uma *ideologia* independente do anarquismo, apontando que o primeiro possuía elementos do marxismo como a luta de classes (Ibid., p. 66). Como verificou-se, o coletivismo e o anarco-comunismo malatestiano eram fundamentados na luta de classes, portanto esta afirmação também está equivocada.

O sindicalismo revolucionário é autônomo em relação ao anarquismo? Sim. É uma estratégia anarquista da revolução? Também. Essas afirmações não são conflitantes, são complementares. O primeiro é uma das linhas de massas de atuação do segundo, sua forma de inserção na realidade da classe trabalhadora para fazê-la avançar rumo à revolução social. Mas Edilene Toledo e Cláudio Batalha buscavam distanciar o sindicalismo revolucionário do anarquismo, devido à historiografia ter unido os dois em uma coisa só: o anarcossindicalismo.

A tentativa foi importante para que houvessem outro olhar sobre a questão, mas cometeu equívocos. A autora chega a afirmar que o sindicalismo revolucionário teria sido mais influenciado “pela teoria de Marx, segundo as quais a luta pelo poder e a unidade da classe operária são decisivos nos conflitos de classes” (apud MARQUES, 2013, p. 71), quando na verdade, observando a história da AIT presente no capítulo 1 deste trabalho, o sindicalismo revolucionário (quando ainda não era reconhecido por este termo) é combatido justamente pelo próprio Karl Marx, que considerava de fundamental importância a formação do partido político operário ao qual estariam submetidos os sindicatos (SILVA, op. cit., pp. 235-236).

Ainda sobre a autora Edilene Toledo, Felipe Corrêa (2010) faz uma análise geral de sua obra *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República*, publicada em 2004. Para isso, utiliza-se de três autores, Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis, reunidos em duas obras, *Black Frame: the revolutionary class politics of anarchism and syndicalism* dos dois primeiros autores e *Minha Pátria é o Mundo inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos* do terceiro autor, ambas de 2009. Para Corrêa, a utilização

destes autores se faz necessária pois “eles não buscam encaixar a história em uma concepção ideológica própria; prática relativamente comum no campo da esquerda” (CORRÊA, 2010, op. cit., p. 2). Apresentando as posições tomadas por Toledo, Corrêa (2010) diz que:

Com estas declarações poderíamos começar a discutir alguns argumentos de Edilene Toledo. Nestas próprias citações, é possível notar que havia anarquistas que não queriam somente combater o sindicato e utilizá-lo para propagandear seu ideal, como ela mesma colocou em sua comparação. Havia aqueles que viam “no sindicato seu principal e mais eficiente espaço de atuação”. Se havia aqueles que consideravam os sindicatos o “principal e mais eficiente espaço” e se havia aqueles que defendiam o sindicalismo revolucionário como um “anarquismo operário”, então decorre disso que nem todos eram contra a luta de classes, as reformas e que muitos anarquistas estavam bem ancorados na prática e não só no trabalho teórico. Isso porque o sindicalismo revolucionário estava fundamentado na luta de classes entre trabalhadores e patrões, na luta por conquistas de curto prazo - como a redução de jornada de trabalho e aumentos salariais - e na prática sindical, que ia muito além da teoria (CORRÊA, 2010 p. 22).

Já Santos (2017 p. 57) comete um equívoco parcial ao afirmar que “não existiu anarcossindicalismo no Brasil e sim o sindicalismo revolucionário”. Como verificou-se no capítulo 1, algumas organizações operárias eram abertamente anarquistas. Mas, no geral, o movimento operário no Brasil era predominantemente sindicalista revolucionário. Em relação à grande parte da historiografia brasileira e estrangeira, Santos discorda da perspectiva de que o marxismo no Brasil surge naturalmente como uma necessidade histórica após o declínio do anarquismo. Na verdade, o autor aponta que os marxistas tiveram que atuar nas organizações sindicalistas revolucionárias para fazer a disputa política após 1922, sendo que os anarquistas e sindicalistas revolucionários ainda dirigiam a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), refundada em 1923.

O problema do anarquismo, para o autor, foi a falta de organização para além dos sindicatos, como fez o PCB em 1922, ou seja, a falta de uma organização específica anarquista que pudesse atuar clandestinamente no período de repressão (CORRÊA, 2010). Portanto, ele diz:

Não concordo com a afirmação de Astrojildo Pereira que no Brasil o anarquismo estava fadado a declinar e conseqüentemente a ascensão do marxismo no Brasil seria uma necessidade histórica. O anarquismo não havia deixado de mobilizar os trabalhadores quando o Partido Comunista do Brasil foi fundado. Ambas as ideologias conviveram durante alguns anos dentro do movimento operário de maneira conflituosa. Porém o surgimento do Partido Comunista do Brasil aconteceu justamente em um período de intensa repressão ao movimento anarquista, que o desarticulou, levando-o ao declínio. [...] O anarquismo não estava enfraquecido enquanto ideologia organizadora da causa operária. Pelo contrário. Devido a sua grande penetração entre os trabalhadores, uma violenta repressão burguesa foi necessária (CORRÊA, 2010 p. 218).

João Gabriel da F. Mateus (2012, p. 6) afirma que o Segundo Congresso Operário Brasileiro “aprovou um vínculo direto da organização com o anarquismo (anarco-sindicalismo, portanto)”, o que de fato não ocorreu. Acontece que, como verificou-se no capítulo 1, a Federação Operária de Santos tentou tendenciar, quando apresentou o Tema 1 do Congresso, para que fosse aprovado este vínculo. A resolução foi pelo caminho contrário, reforçando as decisões do primeiro e do segundo congresso. Talvez, pelas relações estabelecidas com a FORA e a FORU, houvesse uma proximidade mais explícita com o anarquismo, mas isto se dava em função destas organizações - operárias acima de tudo -, possuírem o anarquismo como doutrina oficial, sendo que a COB não aprovou nenhuma resolução neste mesmo sentido.

Em suas considerações finais, Marques (2013) acaba cometendo um equívoco quando afirma que:

Os militantes anarquistas exerceram forte influência no movimento operário desse período com duas correntes fundamentais que conduziram o movimento operário: a anarco-sindicalista e a anarco-comunista. Na primeira, militantes anarquistas adeptos do sindicalismo; na segunda, militantes que eram contra organizações operárias autônomas defendiam que o critério para pertencer ao sindicato era ser anarquista (MARQUES, 2013 p. 109).

Esta afirmação vai contra a perspectiva que o autor apresenta durante o trabalho, quando demonstra que o sindicalismo revolucionário era a perspectiva de atuação sindical hegemônica no movimento operário brasileiro. Além do mais, existiam anarco-comunistas sindicalistas revolucionários, tais como Neno Vasco, baseados na concepção de atuação sindical de Malatesta. Ao considerar o anarcossindicalismo como “atuação dos anarquistas no sindicato”, o autor acaba cometendo um deslize conceitual, pois na realidade o primeiro termo está relacionado à explicação dada ao segundo, sendo um modelo que defende a existência do critério ideológico para o ingresso no sindicato. O melhor termo a ser utilizado seria “anarquistas sindicalistas” como faz Christina Roquette Lopreato ou então “anarquistas partidários da atuação sindical” como faz Bonomo (2016 p. 139) e que utilizamos neste trabalho.

Sônia Santos (1999) considera que a fórmula do sindicalismo revolucionário é que “o sindicalismo se basta a si mesmo”. Nas palavras da autora:

A célebre frase: “o sindicalismo se basta a si mesmo”, proferida pelos sindicalistas revolucionários no “Congresso de Amiens” (França), em 1906, permitiu, segundo as

próprias palavras de Neno Vasco, a formação do “*nó vital do sindicalismo revolucionário*” (SANTOS, 1999 p. 21).

Esta perspectiva, como verifica-se, é equivocada, baseada na falsa oposição entre sindicalismo revolucionário e anarquismo, também colocada no capítulo 1. Na realidade, os anarquistas historicamente defendem a atuação anarquista no sindicato revolucionário como forma de se alcançar a revolução social, como fizeram os aliancistas na AIT e tentaram fazer os anarquistas no Brasil com seus diversos grupos políticos. A autora reverbera a oposição entre sindicalismo revolucionário e anarco-comunismo, sendo que o modelo tido como anarco-comunismo é o modelo defendido pelo jornal *La Battaglia*, baseado na liberdade total do indivíduo, que não deveria obedecer regras nem inserir-se em organizações que cobrem algum grau de responsabilidade coletiva (SANTOS, 1999 p. 44), com muitas críticas em relação ao movimento sindical e às greves. Mas esta corrente não era a única, tampouco a mais expressiva.

Estes foram alguns apontamentos finais sobre debates presentes na historiografia brasileira mais recente sobre o tema. Muita coisa pode ter sido deixada de lado, mas também importantes debates encontram-se presentes aqui. De qualquer forma, vemos que a historiografia recente, em comparação com a historiografia da década de 1980, está mais esclarecida sobre os conceitos *sindicalismo revolucionário* e *anarcossindicalismo*, bem como sobre o anarquismo, embora os debates históricos e conceituais ainda persistam - e devem persistir. O importante é que posições equivocadas sejam superadas, posições acertadas sejam reiteradas e novas perspectivas e descobertas sejam expostas.

CONCLUSÃO

Para encerrar, concluímos, assim como Felipe Corrêa (2010) que:

Para nós, a AIT é o berço do sindicalismo revolucionário que se estenderia pelas décadas de 1870 e 1880 e, portanto, conforme sustentamos, a CGT dá continuidade a uma primeira onda do sindicalismo revolucionário, que foi responsável pelas mobilizações que aconteceram no Brasil, fundamentalmente no início do século XX (CORRÊA, 2010 p. 41).

Nesta trajetória, a atuação dos coletivistas e anarco-comunistas malatestianos foi fundamental, pois foi através destes militantes que o sindicalismo revolucionário ganhou forma e se tornou um combativo meio de atuação sindical. O sindicalismo revolucionário, mesmo sendo a proposta de massas do anarquismo, não é reduzido à ele. É um modelo de organização plural aberto à toda a classe trabalhadora e portanto, seu patrimônio, sua ferramenta para a luta contra a exploração do trabalho e as diversas opressões existentes na sociedade. Sua diferença em relação ao anarcossindicalismo ficou clara: ele não aceita nenhuma ideologia como declaração oficial no sindicato. Também não é o oposto do anarco-comunismo. Um está no campo da estratégia e o outro no campo da ideologia.

Para além de questões conceituais e históricas em relação ao sindicalismo revolucionário, o principal objetivo deste trabalho foi realizar um amplo debate historiográfico, através de uma análise/revisão crítica que envolvesse a ampla historiografia escrita sobre o tema através das perspectivas dos autores da década de 1980 e da historiografia mais recente, dando um enfoque especial aos primeiros. Todos estes autores realizaram suas próprias revisões historiográficas, gerando um importante acúmulo no debate sobre o movimento operário no Brasil, o sindicalismo revolucionário e o anarquismo, no qual foi-se superando diversos equívocos das historiografias anteriores. Este trabalho está inserido nesse processo de análises, revisões e debates, sendo ele próprio passível de ser objeto da crítica historiográfica.

Mesmo com as imprecisões conceituais e históricas, conforme aponta Lucas Alvarenga (op. cit., p. 45), os trabalhos publicados, intensificados a partir da década de 1970, “jogaram luz em uma gama de fontes - antes relegadas pelos historiadores - abrindo uma nova possibilidade para conhecermos as lutas dos trabalhadores e seus processos de sociabilidade”,

na qual encontram-se as obras analisadas neste trabalho. Não só fontes, mas também importantes ferramentas teóricas e perspectivas que auxiliam na reflexão histórica e social.

Enfim, no Brasil o sindicalismo revolucionário foi a forma organizativa adotada pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras e imigrantes para conquistar melhorias parciais e buscar a revolução social, sendo hegemônico durante boa parte da Primeira República. Por inúmeros fatores este objetivo não foi alcançado, como também não foi alcançado por nenhum outro modelo sindical e/ou político no Brasil. Resta-nos observar sua história para nos situar no presente e traçar caminhos que levem estas reflexões e experiências históricas coletivas em consideração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. OBRAS CONTENDO FONTES HISTÓRICAS

ANDRADE, Pedro de. **Encontros da classe trabalhadora de 1906 até a Conclat - 1981**. São Paulo: Quilombo, 1981.

BAKUNIN, Mikhail. **Os Enganadores/A Política da Internacional/Aonde ir e o que fazer?** Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias/Imaginário, 2008.

BIBLIOTECA TERRA LIVRE E NÚCLEO DE ESTUDOS LIBERTÁRIOS CARLO ALDEGHERI. **Anarquistas no sindicato: um debate entre Neno Vasco e João Crispim**. São Paulo, 2014.

CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. **A Voz do Trabalhador: Orgão da Confederação Operária Brasileira: coleção fac-similar de 71 números, 1908-1915**. São Paulo: Centro de Memória Sindical, 1985.

LONER, Beatriz. **3º Congresso Operário Brasileiro**. História em Revista, Pelotas, v. 3, pp. 161-199, dezembro/1998. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/12084/7636>>. Acesso em: 10 de Maio de 2019.

MARX, Karl. **O Congresso da Haia - Relato Feito na Imprensa do Discurso Pronunciado na Reunião de 8 de Setembro de 1872 em Amsterdã**. Portugal: Avante! [s.d]. Disponível em: <<https://www.dorl.pcp.pt/index.php/obras-de-marx-e-engels-menumarxismoleninismo-102/3519-marx-1872-o-congresso-da-haia>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

PINHEIRO, Paulo S; HALL, Michael M. **A Classe Operária no Brasil - Documentos (1889 a 1930), Vol I. - O Movimento Operário**. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1979.

RODRIGUES, Edgar. **Alvorada Operária - Os Congressos Operários no Brasil**. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1979.

TROUDA, Dielo. **A Plataforma Organizacional dos Comunistas Libertários**. [s.l]: 1997. Disponível em: <http://www.nestormakhno.info/portuguese/platform/org_plat.htm>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

VASCO, Neno. **Concepção Anarquista do Sindicalismo**. Curitiba: TIE-Brasil, 2008.

2. OBRAS BRASILEIRAS DA DÉCADA DE 1980 ANALISADAS

ADDOR, Carlos A. **A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

CAMPOS, Cristina H. **O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921**. Campinas, SP: Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

MAGNANI, Silvia I. L. **O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

3. ARTIGOS, LIVROS, MONOGRAFIAS, TESES E DISSERTAÇÕES

ALASBARRICADAS.ORG. **O embrião de um exército anarquista. A história dos Comitês de Defesa da CNT**. Passa Palavra, s/l, 27 de jan. de 2012. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2012/01/51701/>>. Acesso em: 20 de jun. de 2019.

ALVARENGA, Lucas T. R. **Nos bastidores de um jornal anarquista: as mobilizações de um grupo de propaganda para a publicação do jornal A Terra Livre (1905-1910)**, Revista Latino-Americana de História, UNISINOS, Rio Grande do Sul, vol. 7, nº 19, jan./jul. de 2018, pp. 44-62. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/view/rlah.v7i19.904>>. Acesso em: 10 de Maio de 2019.

BONOMO, Alex B. **Os anarquistas e os sindicatos no Brasil: uma discussão historiográfica**. São Paulo: Francisco Ascaso, 2016.

CORRÊA, Anderson R. P. **Sindicalismo Revolucionário e Anarco-sindicalismo: um estudo dos Congressos Operários no Rio Grande do Sul (1898-1928)**, Estudios Históricos – CDHRPyB, Uruguay, Año VIII - Diciembre 2016 - Nº 17. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/Otros/n17.html>>. Acesso em: 10 de Maio de 2019.

CORRÊA, Felipe. **Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário: uma resenha crítica do livro de Edilene Toledo, a partir das visões de Michael Schmidt, Lucien van der Walt e Alexandre Samis**, Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), 2010. Disponível em: <<https://ithanarquista.wordpress.com/2012/09/10/felipe-correa-anarquismo-e-sindicalismo-revolucionario/>>. Acesso em: 05 de Maio de 2019.

_____. **Unidade real de pensamento e ação: teoria política e trajetória de Mikhail Bakunin**. Campinas, SP: Unicamp (Tese de Doutorado), 2019.

LEVAL, Gaston. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário**. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Faisca Publicações Libertárias, 2007.

MARQUES, João C. **A voz do trabalhador: cultura operária e resistência anarquista no Rio de Janeiro (1908-1915)**. Londrina: UEL (Dissertação de mestrado), 2013.

MATEUS, João G. da F. **O Sindicalismo Revolucionário como Estratégia dos Congressos Operários (1906, 1913, 1920)**, Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), s/d. Disponível em: <<https://ithanarquista.wordpress.com/2013/03/01/joaogfmateus-osindicalismorevolucionari/>>. Acesso em: 05 de Maio de 2019.

SAMIS, Alexandre. **Uma terra sem amos: o federalismo na Comuna de Paris**, História Revista, Goiânia, v. 16, n. 2, jul./dez. de 2011, pp. 15-40.

SANTOS, Hamilton M. T. dos. **Anarquismo e formação do Partido Comunista do Brasil (PCB)**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2017.

SANTOS, Kauan W. dos. **Paz entre nós, guerra aos senhores**: as intencões de organização política através da *Alliança Anarquista* e o sindicalismo revolucionário em São Paulo durante a Primeira Guerra Mundial. Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), s/d. Disponível em: <<https://ithanarquista.wordpress.com/2016/05/31/kauan-w-dos-santos-paz-entre-nos-guerra-aos-senhores-as-intencionas-de-organizacao-politica-atraves-da-allianca-anarquista-e-o-sindicalismo-revolucionario-em-sao-paulo-durante-a-primeira/>>. Acesso em: 05 de Maio de 2019.

SANTOS, Sônia M. F. dos. **Sindicalistas revolucionários e anarco-comunistas**: aproximações e tensões constitutivas do movimento anarquista em São Paulo (1890-1920). Uberlândia, MG: UFU (Monografia), 1999.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002, 22ª ed. Rev. e ampl. de acordo com a ABNT.

SILVA, Selmo N. da. **Greves e lutas insurgentes**: a história da AIT e as origens do sindicalismo revolucionário. Niterói: UFF (Tese de doutorado), 2017.

WALT, Lucien van der. **Fora das Sombras: a base de massas, a composição de classe e a influência popular do anarquismo e do sindicalismo**. In: FERREIRA, Andrey C. et. al. Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI. Niterói: Alternativa, 2016, pp. 119-158.

_____. **Revolução mundial**: para um balanço dos impactos, da organização popular, das lutas e da teoria anarquista e sindicalista em todo o mundo. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro [et al.]. Pensamento e práticas insurgentes: anarquismo e autonomias nos levantes e resistências do capitalismo no século XXI. Niterói: Alternativa, 2016, pp. 81-118.